



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL**

**RELATÓRIO CRÍTICO-REFLEXIVO**

**“Contribuições à qualificação da oferta de ensino nas escolas do campo  
do município de Bagé/RS- Brasil”**

**Silvana Raquel Gonçalves**

**Jaguarão, fevereiro de 2015**

**SILVANA RAQUEL GONÇALVES**

**“Contribuições à qualificação da oferta de ensino nas escolas do campo  
do município de Bagé/RS- Brasil”**

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa em cumprimento ao requisito final e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dra. Arlete Salcides

**Linha de Pesquisa 2:** Política e Gestão da Educação

GONÇALVES, Silvana Raquel. "Contribuições à qualificação da oferta de ensino nas escolas do campo do município de Bagé/RS- Brasil". Silvana Raquel Gonçalves. 86 páginas.

Relatório Crítico Reflexivo – Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEd/ Mestrado Profissional. Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, 12 /03/2015

Orientadora: Dra. Arlete Salcides

Palavras- chave: 1. Educação do campo; 2. Formação de professores; 3. Gestão escolar.

**“Contribuições à qualificação da oferta de ensino nas escolas do campo  
do município de Bagé/RS- Brasil”**

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa em cumprimento ao requisito final e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação.

Trabalho de Conclusão apresentado e aprovado em 12 de março de 2015.

**Banca Examinadora**

---

Dra. Arlete Salcides  
Orientadora  
UNIPAMPA

---

Dra. Suzana Schwartz  
UNIPAMPA

---

Dra. Pilar Abós Olivares  
UNIZAR/ ES

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Deus que me deu forças;  
ao meu filho José Leandro que entendeu as minhas ausências;  
à professora Arlete Salcides, pela confiança que depositou em mim;  
aos meus pais José e Eva (*in memorian*),  
por terem me deixado a educação como herança;  
à minha família, em especial à Lili, à Teresa, à Dada e ao Derlon,  
pelo apoio e estímulo;  
às amigas Tânia e Janice (*in memorian*) por terem me enviado “sorte”.

## AGRADECIMENTOS

Embora seja impossível nomear todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho, pois a lista seria infindável, manifesto a minha gratidão, de forma especial..

À Professora Arlete Salcides, minha orientadora, que nas etapas de construção e execução do presente trabalho, contribuiu para o redirecionamento da minha trajetória acadêmica e foi e sempre será exemplo de profissional.

Aos meus colegas de turma, pois raras vezes participei de um grupo com semelhante companheirismo e ambiente intelectual em que a diversidade, de fato, unia e fortalecia.

Aos amigos e à minha família pelo constante apoio.

## RESUMO

O presente documento aborda as etapas de minha formação no âmbito do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa. Relato um processo que envolveu estudo diagnóstico, elaboração, execução e avaliação de um Plano de Ação, partes constitutivas de um Projeto de Intervenção construído com a finalidade de contribuir à qualificação da oferta de ensino nas quatro escolas do campo mantidas pela rede pública municipal de Bagé, no estado do Rio Grande do Sul. Nessa perspectiva, descrevo, sinteticamente, a situação geradora de ações adotadas na direção de implementar um modelo de planejamento que tem na pesquisa a base científica que o fundamenta e justifica. A discussão e análise de conhecimentos gerados a partir de análise documental, entrevistas e de aplicação de questionários, possibilitaram a formulação de indicadores da necessidade de intervenção em dez das quinze dimensões investigadas, devidamente contempladas em um plano de ação voltado à formação de gestores e professores que atuam na educação do campo no município. Tal processo envolveu a participação dos profissionais em dez encontros organizados com quatro horas de atividades teórico-práticas, cada um, ocorridos nos meses de julho e agosto de 2014, tanto na sede da Secretaria de Educação como da escola do campo E.M.E.F. Marechal José de Abreu. Finalizo este Relatório Crítico-Reflexivo compartilhando os resultados das ações, discutidos com base na tabulação de dados coletados no decorrer da execução do plano de ação, através de escalas de indicadores previamente elaboradas e respondidas pelos participantes, bem como destaco as principais lições aprendidas.

**Palavras-chave:** educação do campo; formação de professores; gestão escolar.

## RESÚMEN

Este documento aborda los pasos de mi formación en el Programa de la Maestría Profesional de Graduados en Educación de la Universidad Federal de Pampa. Notificación de un proceso que involucró estudio de diagnóstico, diseño, implementación y evaluación de un plan de acción, partes esenciales de un proyecto de intervención construido con el propósito de contribuir a la capacitación de las oportunidades educativas en las cuatro escuelas en el campo que mantiene la red pública municipal Bage en el estado de Rio Grande do Sul. En esta perspectiva, describir, brevemente, la situación que las medidas adoptadas en la aplicación de un modelo de planificación que tiene la investigación de la base científica que apoya y justifica. La discusión y análisis de los conocimientos generados a partir del análisis de documentos, entrevistas y cuestionarios, hicieron posible la formulación de la intervención necesitan indicadores de cada diez de los quince dimensiones investigados adecuadamente cubiertos en un plan de acción destinado a la capacitación de gerentes y maestros que trabajan en el campo de la educación en el municipio. Este proceso contó con la participación de profesionales en diez encuentros organizados con cuatro horas de actividades teóricas y prácticas, cada una de las cuales se produjeron en julio y agosto de 2014, tanto en la Secretaría de Educación como ámbito escolar E.M.E.F. Marechal José de Abreu. Concluyo este informe crítico-reflexivo compartir los resultados de las acciones, discute a la ficha de datos recogidos durante la ejecución del plan de acción a través de las escalas de indicadores previamente desarrollados y contestadas por los participantes, así como poner de relieve las principales lecciones aprendidas.

**Palabras clave:** educación rural; formación del profesorado; la gestión escolar.

## ABSTRACT

This paper addresses the steps of my training in the Professional Master's Graduate Program in Education of the Federal University of Pampa. Reporting a process that involved diagnostic study, design, implementation and evaluation of an action plan, essential parts of an intervention project built with the purpose of contributing to the qualification of educational opportunities in the four schools in the field maintained by the municipal public network Bage in the state of Rio Grande do Sul. In this perspective, describe, briefly, the situation which actions taken towards implementing a planning model that has research the science base that supports and justifies. The discussion and analysis of knowledge generated from analysis of documents, interviews and questionnaires, made possible the formulation of intervention need indicators in ten of the fifteen dimensions investigated adequately covered in an action plan aimed at training managers and teachers who work in the field of education in the municipality. This process involved the participation of professionals in ten meetings organized with four hours of theoretical and practical activities, each of which occurred in July and August 2014, both in the Secretariat on Education as school field E.M.E.F. Marechal José de Abreu. I conclude this Critical-Reflective Report sharing the results of actions, discussed based on data collected tab during the action plan implementation through previously developed indicators scales and answered by the participants, as well as highlight the main lessons learned.

**Keywords:** rural education; teacher training; school management

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

EJA- Educação de Jovens e Adultos

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC- Ministério de Educação e Cultura

PPP- Projeto Político Pedagógico

SMED- Secretaria Municipal de Educação

USAID- United States Agency for International Development

## **LISTA DE QUADROS**

- QUADRO 1 – Descrição do Encontro 1
- QUADRO 2 – Descrição do Encontro 2
- QUADRO 3 – Descrição do Encontro 3
- QUADRO 4 – Descrição do Encontro 4
- QUADRO 5 – Descrição do Encontro 5
- QUADRO 6 – Descrição do Encontro 6
- QUADRO 7 – Descrição do Encontro 7
- QUADRO 8 – Descrição do Encontro 8
- QUADRO 9 – Descrição do Encontro 9
- QUADRO 10 – Descrição do Encontro 10

## LISTA DE IMAGENS

- Foto 1 – Registro Encontro 1 – em 21/07/2014 – Turno da Manhã
- Foto 2 – Registro Encontro 1 – em 21/07/2014 – Turno da Manhã
- Foto 3 – Registro Encontro 1 – em 21/07/2014 – Turno da Manhã
- Foto 4 – Registro Encontro 2 – em 21/07/2014 – Turno da Tarde
- Foto 5 – Registro Encontro 2 – em 21/07/2014 – Turno da Tarde
- Foto 6 – Registro Encontro 2 – em 21/07/2014 – Turno da Tarde
- Foto 7 – Registro Encontro 3 – em 22/07/2014 – Turno da Manhã
- Foto 8 – Registro Encontro 3 – em 22/07/2014 – Turno da Manhã
- Foto 9 – Registro Encontro 4 – em 22/07/2014 – Turno da Tarde
- Foto 10 – Registro Encontro 4 – em 22/07/2014 – Turno da Tarde
- Foto 11 – Registro Encontro 4 – em 22/07/2014 – Turno da Tarde
- Foto 12 – Registro Encontro 5 – em 23/07/2014 – Turno da Manhã
- Foto 13 – Registro Encontro 5 – em 23/07/2014 – Turno da Manhã
- Foto 14 – Registro Encontro 5 – em 23/07/2014 – Turno da Manhã
- Foto 15 – Registro Encontro 6 – em 23/07/2014 – Turno da Tarde
- Foto 16 – Registro Encontro 6 – em 23/07/2014 – Turno da Tarde
- Foto 17 – Registro Encontro 7 – em 24/07/2014 – Turno da Manhã
- Foto 18 – Registro Encontro 8 – em 24/07/2014 – Turno da Tarde
- Foto 19 – Registro Encontro 9 – em 18/08/2014 – Turno da Manhã
- Foto 20 – Registro Encontro 9 – em 18/08/2014 – Turno da Manhã
- Foto 21 – Registro Encontro 9 – em 18/08/2014 – Turno da Manhã
- Foto 22 – Registro Encontro 10 – em 18/08/2014 – Turno da Tarde
- Foto 23 – Registro Encontro 10 – em 18/08/2014 – Turno da Tarde

# **SUMÁRIO**

## **I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

## **II. REVISANDO A TRAJETÓRIA**

**Parte 1 – Tecendo os fios de uma trama**

**Parte 2 – Compondo um mosaico**

## **III. AVALIANDO O PLANO DE AÇÃO**

## **IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## **REFERÊNCIAS**

## **APÊNDICES**

## I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na última década, observa-se que a educação dos povos do campo ganha centralidade nas preocupações e nas agendas dos governantes (dos diferentes âmbitos: municipal, estadual e federal). Destaca-se, nesse contexto, a importância de se fazer da Educação do Campo uma política de Estado, tal como disposto no Decreto Presidencial nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, documento legal que institui uma série de definições e medidas que buscam contemplar uma política pública de educação voltada para os povos do campo.

A oferta de ensino aos povos do campo, nos primeiros anos do novo século, passou a ser pensada e discutida por/com aqueles que vivem no campo e que ali trabalham, em atendimento ao que foi proposto na I Conferência Nacional de Educação Básica, realizada no ano de 1998. Desde sua constituição, o Movimento por uma Educação Básica do Campo, conforme analisa Caldart (2002), luta em favor do reconhecimento do direito a oferta de uma educação de qualidade para o povo que vive e trabalha no e do campo.

Nesse contexto de esforços à garantia do direito a uma educação de qualidade aos povos do campo, o presente documento aborda reflexões possibilitadas tanto a partir de dados gerados na etapa de caracterização da oferta de ensino nas cinco escolas do campo mantidas pela rede pública municipal de ensino de Bagé, no estado do Rio Grande do Sul, como nas ações empreendidas na perspectiva de contribuir à qualificação dessa oferta.

Os procedimentos adotados para a coleta de dados envolveram algumas visitas técnicas à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação e, também, a realização de entrevistas e a aplicação de questionários – previamente elaborados.

Enfrentei alguns desafios nessa etapa, pois os órgãos responsáveis não dispunham da documentação que precisava ser consultada e avaliada, bem como no corpo técnico da Secretaria de Educação não havia um profissional apto a fornecer os dados necessários para a realização do estudo.

Quando tive acesso aos requeridos documentos, utilizei-me, em um primeiro momento, de pautas previamente elaboradas que serviram de guias à extração das informações. Em seguida, realizei uma análise documental, nos termos propostos por Oliveira (2007), que alerta para o fato de que, “na pesquisa documental, o trabalho do

pesquisador requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (Oliveira, 2007, p.70).

Os dados também foram coletados através de um formulário, composto de quinze questões abertas. Segundo concebem Leal e Souza (2006), “os formulários são uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. (...) deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções” (LEAL; SOUZA, 2006, p.80).

As informações extraídas dos documentos consultados, bem como as respostas dos participantes às questões do formulário foram sistematizadas em quadros-síntese.

A sistematização dos dados gerados no estudo diagnóstico possibilitou a identificação de quinze dimensões que foram devidamente contempladas em um Plano de Ação, elaborado em acordo com representantes da Secretaria Municipal de Educação que selecionou dez das quinze dimensões, consideradas de maior relevância no planejamento das atividades previstas para os tempos-espacos de formação de gestores e professores de cinco escolas do campo investigadas. Cabe ressaltar, no entanto, que antes que o Plano de Ação fosse desenvolvido a Escola André Leão Puente encerrou suas atividades, transferindo seus alunos para uma escola na sede do município (área urbana).

Nos encontros de formação participaram alguns membros da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, professores lotados nas quatro escolas do campo e a equipe gestora de uma das escolas, uma vez que nas demais – de organização multisseriada – atuam apenas uma professora em cada uma.

Tal como revelado nos estudos conduzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP sobre a oferta de ensino nas áreas rurais brasileiras, nos anos de 2004, 2007 e 2012, os aspectos que caracterizam a realidade das escolas municipais do campo de Bagé, conforme ressaltaram os participantes da pesquisa diagnóstica, apontaram inúmeros desafios a serem superados, tais como:

- a insuficiência e a precariedade das instalações físicas na maioria das escolas (em Bagé, apenas uma das quatro escolas possui mais de duas salas de aula);

- as dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar (no caso das escolas rurais de Bagé, quando a quantidade de chuva é abundante pode não haver aula porque não existe como atravessar as precárias pontes e o transporte também passa muito cedo para apanhar os alunos);

- a falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade (nesse caso, os profissionais que trabalham atualmente nas escolas do campo em Bagé são pós-graduados e concursados);

- um currículo escolar que privilegia uma visão urbana de educação e desenvolvimento (os professores reclamam da dificuldade de trabalhar a identidade do homem do campo com um currículo urbanocêntrico, ou seja, que como referência os modos de vida e de trabalho urbanos e não respeita as especificidades do homem do campo da região);

- a ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas do campo (em Bagé, a assistência pedagógica em três escolas é feita, esporadicamente, por um membro da equipe técnica da Secretaria de Educação, apenas uma escola possui supervisor escolar);

- o predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade (apenas uma escola possui organização seriada e oferece Ensino Fundamental Completo).

- a inexistência de propostas pedagógicas devidamente elaboradas pelos segmentos que compõem a comunidade escolar;

- o baixo desempenho escolar dos alunos e as elevadas taxas de distorção idade-série (o desempenho escolar dos estudantes das escolas do campo foi de 73% e a taxa de distorção idade-série é de 4%, segundo dados do Censo Escolar de 2013);

- os baixos salários e a sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os que atuam na zona urbana (quem trabalha nas escolas do campo no município de Bagé recebem um adicional de 50% por difícil acesso no salário, o que faz com que o campo seja preterido para se trabalhar, não que esse quesito garanta qualidade e comprometimento).

- a necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas (as escolas que foram fechadas e a escola escolhida para nuclear não foram selecionadas a partir de consulta às comunidades locais);

- a implementação de calendários escolares adequados às necessidades/realidades das áreas rurais em que as escolas do campo se situam, ou seja, propostos a partir de uma análise dos períodos de safra, condições climáticas que garantam a trafegabilidade nas estradas (as escolas do campo de Bagé seguem o mesmo calendário das escolas urbanas);

Enfim, a análise das informações geradas no estudo diagnóstico foram condição indispensável para a elaboração de um Plano de Ação – elaborado e executado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Bagé.

A proposta de oferta de espaços de formação nos quais foram abordados temas de interesse dos/as profissionais que atuam nas escolas do campo visou, entre outras finalidades, sensibilizar para a necessidade de pensar uma educação feita para sujeitos com uma história própria. Trata-se de uma educação que deve ser “no” e “do” campo, como analisa Caldart (2002, p. 26), “[...] o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive; [Do, pois] “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

No que segue, na parte intitulada “Revisão da Trajetória”, descrevo, sinteticamente, as três etapas que constituíram o escopo do Projeto de Intervenção: a situação geradora, a justificativa, os objetivos, os resultados esperados e a abrangência das ações. Na sequência, abordo os fundamentos do planejamento e apresento uma síntese das ações propostas e implementadas em cada um dos dez encontros realizados, bem como analiso as avaliações realizadas pelos participantes.

Na segunda parte, intitulada “Avaliação o Plano de Ação”, apresento uma análise dos resultados das ações de intervenção nos espaços de formação, na perspectiva dos participantes, bem como destaco os principais desafios enfrentados no desenvolvimento das atividades propostas.

Nas Considerações Finais, anuncio as principais lições aprendidas, a partir do modelo de planejamento proposto nas diferentes etapas de minha formação junto ao PPGedu: diagnosticar, refletir, planejar, executar e avaliar as ações implementadas.

## **II. REVISANDO A TRAJETÓRIA**

### **Parte 1 – Tecendo os fios de uma trama**

A Educação Básica no meio rural, segundo os diagnósticos nacionais, deve ter por objetivo principal a oferta de uma educação de qualidade que assegure o direito do aluno ao acesso e a permanência em uma escola pública de qualidade.

Quaisquer que sejam os diagnósticos produzidos, todos eles justificam as demandas dos Movimentos Sociais do Campo, tal como ressaltado no documento final da II Conferência Nacional por um Educação do Campo, realizada em 2004:

1. Universalização do acesso à Educação Básica de qualidade para a população brasileira que trabalha e vive no e do campo, por meio de uma política pública permanente que inclua como ações básicas: o fim do fechamento arbitrário das escolas no campo; a construção de escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio no próprio campo; a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) adequada à realidade do campo; políticas para a elaboração de currículos e para a escolha e distribuição de material didático-pedagógico, que levem em conta a identidade cultural dos povos do campo e o acesso às atividades de esporte, arte e lazer.
2. Ampliação do acesso e permanência da população do campo à Educação Superior, por meio de políticas públicas estáveis.
3. Valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo por meio de uma política pública permanente.
4. Respeito à especificidade da Educação do Campo e à diversidade de seus sujeitos.

Realizei, no período de agosto a dezembro de 2013, a pesquisa diagnóstica intitulada “Caracterização da Oferta de Ensino nas Escolas do Campo no Município de Bagé/ RS- Brasil”, com o propósito de identificar e descrever os principais entraves à pretendida qualidade na oferta de educação nas escolas do campo da rede municipal de ensino de Bagé, no estado do Rio Grande do Sul, necessária base científica à formulação de um plano de ação que pudesse contribuir à transformação da realidade diagnosticada.

Foram avaliadas quinze dimensões. O estudo envolveu as cinco escolas do campo em funcionamento no ano de 2013, bem como os professores das escolas, uma equipe diretiva (as demais só possuem a professora) e duas representantes da Secretaria Municipal de Educação.

Após a pesquisa, os dados extraídos dos documentos consultados, sistematizei em quadros-síntese para serem analisados e para que fossem identificadas as necessárias adequações.

Considerando os dados gerados na pesquisa diagnóstica da oferta de ensino à população residente nas áreas rurais do município de Bagé, foi possível formular algumas questões, tais como:

- Por que a realidade caracterizada fere o estabelecido no § 4º do Art. 1º do Decreto Presidencial nº 7.352/1, ou seja, não se oferece formação inicial ou continuada de profissionais da educação, bem como não se garante as necessárias condições de infraestrutura, de transporte escolar, de materiais e livros didáticos, de equipamentos, de laboratórios, de bibliotecas e de áreas de lazer e desportos adequadas à realidade local e à diversidade das comunidades do campo?

- Por que o poder público local não requer a implementação de mecanismos que visam garantir a manutenção e o desenvolvimento da Educação do Campo através de apoio técnico e financeiro do MEC aos estados, Distrito Federal e municípios para a ampliação e à qualificação da oferta de Educação Básica às populações do campo, conforme disposto na política de educação do campo instituída a partir do Decreto nº 7.352/10?

Os documentos que analisei revelaram a escassez, ou mesmo a ausência de elementos que consolidem a Educação do Campo como direito.

Pensar, portanto, numa Educação do Campo de qualidade, é pensar em vida digna, onde os estudantes possam se constituir em seres de direito, sendo um desses direitos: o direito a educação.

A análise dos documentos coletados evidenciou que a única escola do campo que possui Regimento próprio é a escola Simões Pires; nas demais vigora um regimento único outorgado e elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, o mesmo acontecendo com o Projeto Político Pedagógico e com os Planos de Estudo.

O estudo diagnóstico que conduzi possibilitou verificar, entre outras questões, que de um total de doze escolas do campo mantidas pela rede municipal de ensino até meados da década de noventa, restaram apenas quatro em funcionamento no ano de 2014: Líbio Vinhas, Simões Pires, Favorino Mércio e Alfredo Vieira, sendo as duas primeiras localizadas na região nordeste e as duas últimas na zona norte da cidade, ficando as demais regiões totalmente desatendidas.

Tal como observa-se nos processos de nucleação adotadas por muitos municípios gaúchos, desde a década de 1990, essa prática em Bagé resultou no fechamento de pequenas escolas e no reagrupamento de estudantes em uma unidade maior, geralmente situada em uma área mais central entre as propriedades e

comunidades. Tal alternativa foi usada em vários países e chegou ao Brasil na década de 1980, na esteira de acordos assinados com os Estados Unidos da América, conhecidos como Acordos MEC-USAID.

A prática de nucleação visa concentrar recursos econômicos, materiais e humanos na perspectiva de qualificar a oferta de ensino e, ainda, de garantir a igualdade de condições, se comparada com a oferta nas áreas urbanas. Essas práticas vêm sendo criticadas, especialmente porque ferem artigos das Diretrizes Operacionais (2002) que recomendam a permanência das crianças nas escolas da comunidade, evitando seus deslocamentos por longos trajetos a serem percorridos por meio de transporte financiados pelo poder público de suas casas até as unidades escolares. Além, é claro, de contribuir para a vigência de uma concepção recorrente no meio educacional: que os projetos educacionais das escolas urbanas e do campo devem ser os mesmos.

Também há que se considerar a questão do deslocamento dos estudantes que se apresenta como um ponto alarmante negativo, pois é consenso na comunidade que alguns transportes são inadequados e em tempos de chuvas as estradas, na maioria de terra, ficam praticamente intransitáveis e perigosas.

O objetivo maior dessa exposição sobre a Educação do Campo é inscrever minhas reflexões no âmbito da luta pelo reconhecimento de direitos dos povos do campo a uma educação pública de qualidade.

Conforme analisa Caldart (2003):

A realidade que deu origem a este movimento por uma educação do campo é de violenta desumanização das condições de vida no campo. Uma realidade de injustiça, desigualdade, opressão, que exige transformações sociais estruturais e urgentes. Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos dessa realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência do campo e no campo. Sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente. Sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária. Sujeitos da luta por melhores condições de trabalho e pela identidade própria desta herança. Sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e identidades de direitos sociais respeitados e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas. (CALDART, 2003, p.152).

É imprescindível destacar que no município de Bagé não existem escolas do campo mantidas pela rede pública estadual de ensino, ou seja, recai sobre o poder público municipal a exclusiva responsabilidade pela oferta de ensino nas áreas rurais.

A pesquisa diagnóstica possibilitou verificar, também, que no ano de 2014 cerca de 670 estudantes residentes na zona rural são diariamente transportados para escolas na sede do município de Bagé, ou seja, para as escolas urbanas, perfazendo um total de aproximadamente 117 mil km<sup>2</sup> percorridos mensalmente pelos transportes escolares.

Como já destacado em outra parte do presente documento, dentre as escolas do campo que ainda funcionam em Bagé, apenas uma oferece classes de Educação Infantil e o Ensino Fundamental completo, atendendo crianças da pré-escola até o 9º ano. As demais, de organização multisseriada, atendem estudantes até o 5º ano do Ensino Fundamental.

As escolas que tiveram suas atividades encerradas foram aquelas que tinham poucos estudantes matriculados, segundo informações da Secretaria Municipal de Educação- SMED. Porém, se analisarmos o número e as localidades de origem dos estudantes transportados, diariamente, para escolas situadas fora do perímetro rural (670 mais precisamente), realmente não é possível compreender as razões que pautaram tal decisão. Sabe-se que muitos são os estudantes que se deslocam de suas casas em kombis ou ônibus adquiridos com recursos federais advindos do Programa de Transporte Escolar e, também, do Governo do estado do RS, pois esses mesmos veículos são utilizados por estudantes da rede pública estadual de ensino.

O estudo diagnóstico evidenciou, ainda, que há diversos estudantes que embarcam nos transportes escolares ainda de madrugada e, às vezes, até em pontos muito distantes de suas moradias e caminham até esses locais.

Após a análise e a discussão dos dados gerados na pesquisa-diagnóstica com representantes da Secretaria Municipal de Educação de Bagé, foram selecionados dez temas que foram contemplados em um Plano de Ação que teve, por principal objetivo, propor ações que contribuíssem à qualificação do planejamento de estratégias de ação – reflexão – ação da equipe técnica da SMED, gestoras e professoras das quatro escolas do campo do município de Bagé/RS.

O planejamento das estratégias de ação considerou a consecução dos seguintes objetivos:

- Contribuir à necessária apropriação do conteúdo das Diretrizes Operacionais e Complementares para a Educação Básica nas escolas do campo;
- Colaborar à indispensável relação entre o conteúdo das Diretrizes Operacionais e Complementares para a Educação Básica nas escolas do campo e as recomendações

das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental – anos iniciais e finais;

- Abordar estratégias que estimulem a construção coletiva de projetos específicos, adequados às realidades das comunidades atendidas, resultantes do envolvimento dos diferentes segmentos nesses processos de elaboração (planejamento);

- Contribuir na seleção de critérios e estratégias que viabilizem a adequação das propostas pedagógicas de cada escola à realidade do contexto rural em que essas se situam;

- Propiciar estudos da legislação que normatiza os processos de construção de calendários próprios para cada unidade escolar;

- Colaborar no planejamento de Projetos de Formação Continuada específicos para professores das áreas rurais no intuito de atender as especificidades dos contextos de atuação dos profissionais;

- Abordar estratégias que contribuam para promover ou para ampliar a participação da comunidade escolar na construção do currículo das escolas;

- Contribuir nos estudos necessários à definição de critérios e procedimentos que favoreçam a inclusão de crianças e jovens portadores de necessidades especiais nas escolas do campo;

- Viabilizar conhecimento e acesso a Programas e Projetos Governamentais que contribuam à qualificação do trabalho dos professores;

- Contribuir à elaboração de estudos sócio-antropológicos que favoreçam a caracterização dos contextos em que se inserem as escolas;

- Propor estudos que viabilizem a definição de critérios a serem observados no planejamento e na avaliação da oferta de ensino, especialmente no que se refere às condições do deslocamento dos estudantes para as escolas;

- Contribuir para o planejamento de ações que favoreçam a identificação de demandas de oferta de ensino;

- Propor e colaborar na definição de procedimentos a serem adotados para a coleta de informações que contribuam ao resgate histórico da educação do/no campo do município;

- Viabilizar estudos e discussões sobre concepções de gestão escolar;

- Colaborar na formação de planos de gestão que viabilizem a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar na elaboração de documentos próprios para as escolas do campo.

Os resultados esperados a partir das atividades realizadas pautaram-se por indicadores, previamente formulados, que viabilizaram o monitoramento da eficácia e da eficiência das estratégias propostas, ao longo do processo de formação, com vistas à análise de necessários ajustes no planejamento das ações.

O Curso de Formação Continuada proposto no Plano de Ação teve como principais objetivos contribuir à qualificação dos profissionais que atuam na educação do campo, por meio de formação continuada em serviço, na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação básica com qualidade e à formação técnico, política e pedagógica de gestores e professores das escolas do campo, por meio da reflexão sobre os desafios atuais enfrentados.

O público-alvo do Curso de Formação foram os gestores da SMED, gestoras e professoras do campo, com carga horária de 40 horas. Oito dos dez encontros de formação ocorreram na última do mês de julho de 2014, e os dois últimos foram realizados no mês de agosto de 2014, a pedido da Secretaria Municipal de Educação. Os encontros realizaram-se nos turnos da manhã e da tarde, nos seguintes horários: das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, com intervalos de 15 minutos.

A estratégia utilizada por mim, coordenadora do curso, foi a “mediação”, ou seja, busquei propor discussões que oportunizassem com que os participantes se reconhecessem como trabalhadores sociais na construção de uma sociedade mais justa, equânime, na qual os discentes possam desenvolver a criticidade e lutar pelos seus interesses em meio a sociedade.

Enquanto coordenadora do Curso de Formação proposto, pude compreender a mediação como atitude facilitadora, incentivadora e motivadora da aprendizagem, colocando-me como uma ponte – não estática – entre quem está aprendendo e, ao mesmo tempo, ensinando.

Percebi, na concepção de Masetto (2000), a relação com a própria etimologia do termo mediação: “mediar é aproximar as partes, é servir como intermediária”.

O Curso de Formação Continuada buscou trazer à tona os saberes que os docentes possuem, e viabilizar a socialização de suas práticas docentes, enriquecendo os processos de ensino e de aprendizagem.

Concordo com Sacristã (1990, p.86) quando destaca que a formação de educadores tem se constituído em “uma das pedras angulares imprescindíveis a qualquer intento de renovação do sistema educativo”, o que nos ajuda a entender a

centralidade desta temática em meio aos esforços globais para melhorar a qualidade do ensino, especialmente na última década.

Contextualizar a formação no âmbito do processo do desenvolvimento profissional dos professores decorre do entendimento de que a formação contínua se processa como algo dinâmico, que vai além dos componentes técnicos e operativos normalmente impostos aos professores pelas autoridades competentes, que não levam em conta a dimensão coletiva do trabalho docente e as situações reais enfrentadas por esses profissionais em suas práticas cotidianas.

Ao longo do Curso busquei garantir que as participantes manifestassem seus saberes, apostando nas possibilidades do diálogo, ponto de partida para a formação contínua.

Também cabe referir que as trocas de experiências são meios interessantes de ensinar e aprender, além de contemplar muito o modo como os saberes profissionais dos professores são construídos.

As discussões ou trocas de experiências favoreceram a releitura da experiência. As perguntas dos colegas, os pedidos de esclarecimentos, as explicações do “porque” se agiu desta ou daquela maneira, foram ótimas possibilidades para a reflexão.

As estratégias contempladas no Plano de Ação foram organizadas em torno de três tempos: o tempo de sensibilizar, que visava estimular as participantes a se envolverem na proposta de trabalho; o tempo de aprofundamento dos conhecimentos teórico-metodológicos das participantes e, por fim, o tempo de produção, momento de reflexão sobre a prática e de criação de alternativas, individuais ou coletivas.

Utilizei técnicas vivenciais, considerando que todo processo de aprendizagem inclui envolvimento emocional; e, também, técnicas de ensino, nos termos propostos por Vasconcellos (1999, p.147), para quem “as estratégias de ensino devem estar em acordo com a teoria do conhecimento que fundamenta o trabalho”.

No caso do meu Plano de Ação, considero como referência a concepção dialética de conhecimento, destacando a “problematização” como elemento nuclear nas metodologias adotadas nos encontros de formação.

Foram propostas técnicas de apresentação, que favoreceram o maior conhecimento dos participantes e contribuíram para os participantes refletirem a partir de algumas questões: “Quem sou eu? De onde venho? O que faço? Como e onde vivo? O que gosto? O que sinto e o que penso sobre o trabalho que realizo?”; técnicas de integração, que possibilitaram uma análise do comportamento pessoal e grupal; técnicas

de ensino individualizado, onde o atendimento às diferenças individuais foi o fundamento; técnicas de ensino em grupo, onde as dinâmicas foram instrumentos que viabilizaram a criação e a recriação do conhecimento; discussão livre, que contribuiu para estimular e ampliar a participação dos envolvidos, permitindo o exame mais acurado de alternativas para a solução de problemas em um ambiente de reflexão e comunicação; Técnica Phillips 6/6, que consiste no fracionamento de um grupo numeroso em pequenos grupos a fim de facilitar a discussão; grupo de cochicho face a face, consiste na divisão do grupo em subgrupos de dois membros que dialogam, em voz baixa, para discutir um tema, sem requerer movimento de pessoas; painel integrado, constitui uma variação da técnica de fracionamento; encadeamento de ideias, discussão em grupos sobre assunto já trabalhado com todo o grupo; tempestade cerebral, é uma técnica de produção de ideias ou soluções de problemas em grupo.

## **Parte 2 – Compondo um mosaico**

O Plano de Ação constitui-se de cinco módulos, cada um composto de dois encontros, sendo seis foram realizados na sede da Secretaria de Educação de Bagé e quatro em uma sala de aula da Escola Municipal de Ensino Fundamental Marechal José de Abreu.

As datas previstas para os encontros de formação estavam de acordo com o calendário previamente definido com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.

No que segue, apresento uma descrição das ações implementadas em cada encontro, bem como analiso aspectos observados nas etapas de execução das atividades planejadas:

<b>QUADRO 1 – Descrição do Encontro 1</b>
<b>Data:</b> 21/07/2014
<b>Horário:</b> Manhã: das 8h às 12h
<b>Local:</b> Secretaria Municipal de Educação
<b>Temas abordados:</b> Base Legal a ser observada na oferta de ensino das escolas do campo; Diretrizes Operacionais (2002), Diretrizes Complementares (2008) e Decreto Presidencial nº 7.352 de 2010.
<b>Desenvolvimento das ações:</b> Recebi as professoras que trabalham nas escolas do

campo e a equipe diretiva da Escola Rural Simões Pires (a equipe da Secretaria de Educação foi convidada a participar, mas não se fez presente). Após as apresentações pessoais comecei o trabalho propondo que cada participante construísse seu portfólio, a partir da exposição do conteúdo a ser contemplado em cada parte do documento.

Em seguida, apresentei slides com artigos das Diretrizes Operacionais (2002) e com as Diretrizes Complementares (2008) e do Decreto Presidencial nº 7.352/10.

Foi realizado um debate sobre o conteúdo de cada documento (as participantes receberam cópias impressas do material exposto). Na medida em que tomavam conhecimento do disposto nos documentos legais, as participantes manifestavam perceber que as determinações legais são descumpridas nas suas práticas diárias.

Após os estudos e discussões, propus estudos de casos, onde elas pudessem perceber se tanto no planejamento as atividades diárias quanto na documentação da escola em que atuam são observadas as recomendações das Diretrizes e determinações do Decreto Presidencial.

Em pequenos grupos, as participantes discutiram e chegaram à conclusão que há muito a ser feito para que a educação do campo se efetive como direito no município de Bagé.

**Avaliação do encontro** (tabulação das respostas das participantes às questões constantes na Escala adotada): Encontro avaliado como “ótimo”.

**Comentários:** Durante nosso primeiro encontro percebi que faltava muito conhecimento de Base Legal, visto que todas são pessoas com nível superior completo e pós-graduação, o que me fez pensar que faltava conhecimento do que é pertinente a sua realidade de atuação profissional, ou seja, dos documentos que regulam a oferta de educação nas áreas rurais do país.

Quando começamos os estudos, elas se impressionaram da quantidade de artigos descumpridos pelo Poder Público Municipal. Foi de consenso geral que não parece ser de interesse do município que a Educação do Campo seja valorizada.

As professoras comentaram que parece bastar uma escola de “material” (termo designado na região para casa de alvenaria) para que a educação se efetive com qualidade, sem levar em consideração o restante, como o tempo que os alunos passam no transporte escolar e a saída desses alunos de suas casas em plena madrugada, fazendo com que eles cheguem cansados a escola, prejudicando assim seu rendimento.

Falaram também da maneira que trabalham nas escolas, uma vez que os documentos

legais só foram conhecidos por elas no primeiro encontro de formação. Ressaltaram que nas formações oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação, tais documentos nunca foram mencionados.

O que pude concluir desse primeiro encontro é que as professoras que trabalham nas escolas do campo do município parecem não se importar em conhecer as leis que regem a educação, principalmente a Educação do Campo; é como se fosse de responsabilidade apenas da Secretaria de Educação tomar ciência delas e divulgá-las.

### **Memórias do Encontro 1**





## QUADRO 2 – Descrição do Encontro 2

**Data:** 21/07/2014

**Horário:** Tarde: das 13h30min às 17h30min

**Local:** Secretaria Municipal de Educação

**Temas abordados:** Estudo da Base Legal que orienta à construção de calendários adequados aos diferentes contextos rurais.

**Desenvolvimento da ação:** No começo do encontro, utilizei a técnica “Muro das Lamentações”. Cada participante recebeu uma cartela para registrar a principal dificuldade na implantação do calendário; depois elas confeccionaram de maneira coletiva um painel com o conjunto de produções que compuseram o “Muro das Lamentações”.

Após, pedi que as professoras se manifestassem sobre o que seria um calendário escolar que atendesse aos interesses, as demandas, as necessidades e os modos de vida dos estudantes e das suas famílias que residem nas áreas rurais em que as escolas que atuam se situam. Houve intenso debate acerca do tema. Na sequência, elas foram instigadas a responderem algumas questões, tais como: - Que fundamentos legais podem ser acessados para garantir autonomia a cada escola na elaboração de um calendário próprio? - A legislação educacional brasileira ampara a criação de calendários escolares adequados às diferentes realidades das escolas?

Após a discussão das respostas das participantes às questões propostas, apresentei slides com dispostos legais que orientam a construção de calendários adequados aos diferentes contextos rurais, extraídos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96; Diretrizes Operacionais e Complementares da Educação Básica das Escolas do Campo (2002/2008).

Ao final do encontro, solicitei que fizessem uma análise crítica dos documentos estudados nos seus portfólios.

**Avaliação do encontro** (tabulação das respostas das participantes às questões constantes na Escala adotada): Encontro avaliado como “bom”.

**Comentários:** As participantes comentaram o que acharam do encontro passado e duas delas leram o que escreveram nos portfólios.

Nesse encontro, as professoras comentaram que em anos anteriores, numa outra administração, tiveram a oportunidade de discutir a possibilidade de construir calendários específicos para as suas realidades; já nessa administração pública, a

Secretaria de Educação afirmou ser inviável a construção de tal documento visto que envolveria muitas questões, como por exemplo, as férias coletivas dos motoristas dos transportes.

As professoras manifestaram desejo de efetivar um calendário próprio para cada realidade, que respeitasse os períodos de chuva, bem como o período em que os alunos ficam nas propriedades para ajudar na colheita (em algumas propriedades eles plantam hortaliças para venderem na sede da cidade, e em outras há o cultivo de pomares).

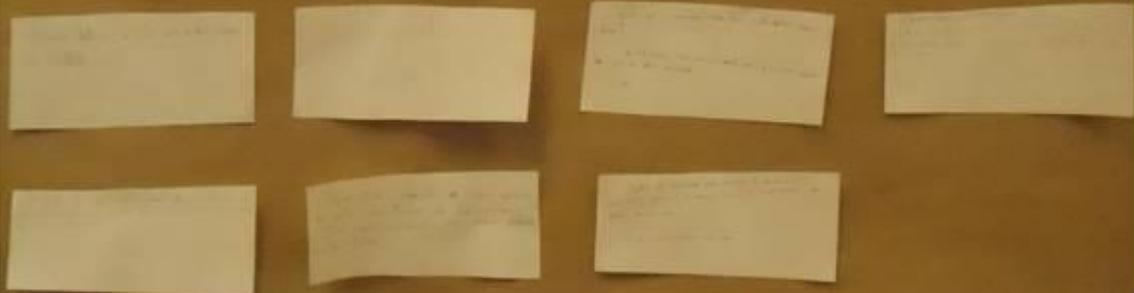
Percebi na fala das colegas que elas nem tentam mais conversar a respeito da construção desse documento na SMED, pois sabem que a resposta será negativa.

As participantes também mostraram-se interessadas em aprofundar estudos acerca de pressupostos que fundamentam a Pedagogia da Alternância, considerada como uma alternativa que viabilizaria o atendimento de necessidades das comunidades.

## Memórias do Encontro 2



# Muro das lamentações



Falta de respaldo da secretaria, para um  
calendário flexível, de acordo com as necessidades da  
escola do campo.

O não cumprimento da lei.

### QUADRO 3 – Descrição do Encontro 3

**Data:** 22/07/2014

**Horário:** Manhã: das 8h às 12h

**Local:** Secretaria Municipal de Educação

**Temas abordados:** Estudo da Base Legal para garantia da inclusão de crianças e jovens com necessidades educativas especiais nas escolas do campo- condições e efetivação

**Desenvolvimento da ação:** Convidei a todas para assistirem ao vídeo: Educação do Campo é Direito e Não Esmola. Após, estimei um debate sobre as ideias abordadas. Com a ajuda do Power point, apresentei a Base Legal a ser observada para garantir a inclusão de estudantes portadores de necessidades educativas especiais nas escolas do campo.

**Avaliação do encontro** (tabulação das respostas das participantes às questões constantes na Escala adotada): Encontro avaliado como “bom”.

**Comentários:** Esse foi um dos encontros mais polêmicos, pois as participantes consideraram que entre tantas questões que são desrespeitadas pelo Poder Público, essa talvez seja a única cumprida.

As professoras que já trabalharam com crianças portadoras de necessidades especiais no campo disseram que os alunos foram bem atendidos.

Questionei, então, como se caracterizava esse atendimento avaliado como satisfatório, uma vez que estudantes portadores de necessidades especiais das escolas do campo precisam se dirigir às escolas que oferecem os serviços especializados situadas em áreas urbanas do município.

Mesmo diante de meus argumentos, elas consideraram que tal atendimento – mesmo sendo nas escolas urbanas - foi um ganho, pois antes nem isso havia.

As professoras realmente não percebem que a Educação Especial também é um direito a ser garantido nas escolas do campo.

### Memórias do Encontro 3



#### QUADRO 4 – Descrição do Encontro 4

**Data:** 22/07/2014

**Horário:** Tarde: das 13h30min às 17h30min

**Local:** Secretaria Municipal de Educação

**Temas abordados:** Planejamento e implementação de estratégias para caracterização das comunidades de origem dos estudantes e dos contextos de inserção das escolas.

**Desenvolvimento da ação:** No começo do encontro utilizei a técnica “O Mapa de Onde Estou”.

Convidei as participantes a confeccionarem um mapa ou um croqui da área rural onde estão inseridas as escolas do campo em que atuam. Em duplas, elas apresentaram suas produções, destacando as principais características, fragilidades e potencialidades de cada área rural analisada.

Após, apresentei fragmentos do texto “Campo-cidade: a ressignificação de um espaço sócio-histórico – (um projeto político pedagógico para as escolas do campo), de Ilma Ferreira Machado, e orientei para que fosse realizada uma discussão sobre as principais ideias do mesmo.

Em pequenos grupos pedi que realizassem uma análise crítica do texto inicial do PPP e do Regimento de cada escola (apenas a Escola Simões Pires possui PPP e Regimento próprios, as demais seguem o estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação). Pedi que elas formulassem roteiros de entrevistas ou formulários para serem utilizados na coleta de dados na comunidade em que a escola está inserida.

Como tarefa para o portfólio, solicitei que elaborassem um plano de ação para a caracterização das escolas e que indicassem como elas podem contribuir para melhorar a qualidade de vida dos estudantes e das suas comunidades de origem.

**Avaliação do encontro** (tabulação das respostas das participantes às questões constantes na Escala adotada): Encontro avaliado como “ótimo”.

**Comentários:** Esse encontro foi bastante interessante, pois as professoras perceberam a necessidade de criarem documentos próprios para as suas realidades. As colegas que estão há mais tempo trabalhando nas escolas do campo (algumas estão nas suas escolas há 24, 25 anos) disseram que sempre pediram para confeccionar seus próprios projetos políticos pedagógicos, mas que nunca foram atendidas; a Secretaria de Educação sempre enviou um documento para ser utilizado como padrão, a única que recebeu autorização para realizar o seu, foi a escola Simões Pires no ano de 2003, na antiga

administração.

Elas tiveram muitas dificuldades para realizar as tarefas, pois nunca haviam feito exercícios assim. Quando solicitei que confeccionassem um plano de ação que caracterizasse as escolas e indicasse como elas poderiam contribuir para melhorar a qualidade de vida dos estudantes e das suas comunidades, elas não conseguiram pensar em nada muito concreto, as ações que foram formuladas, tais como festas gaúchas, bingos ou “carreiras”, revelaram, mais uma vez, a falta de vínculo entre o currículo e as atividades escolares com a realidade de vida e de trabalho das comunidades rurais beneficiárias da oferta de ensino nas escolas em que atuam.

Muitas das participantes confundiram caracterização da comunidade com possível aproximação; o que foi pedido era para que elas descobrissem os pontos frágeis e os pontos fortes de cada lugar para que se pudesse estabelecer um plano de ação que contribuísse na mudança de atitudes e numa melhor qualidade de vida para todos.

#### **Memórias do Encontro 4**





## QUADRO 5 – Descrição do Encontro 5

**Data:** 23/07/2014

**Horário:** Manhã: das 8h às 12h

**Local:** Secretaria Municipal de Educação

**Temas abordados:** Estudo sócio-antropológico para caracterização da comunidade escolar para elaboração do PPP.

**Desenvolvimento da ação:** Convidei as participantes para assistirem um vídeo sobre a temática. Após, debatemos as ideias abordadas no vídeo.

Na sequência, solicitei que formassem trios e distribui artigos selecionados da Revista Aprender: “A Construção Progressiva de um Projecto de Intervenção em Meio Rural – Escolas Rurais – de Obstáculos à Recursos (Região do Norte Alentejano)”, de Abílio Amiguinho; “O Despontar do Projecto das Escolas Isoladas: Um Testemunho”, de Gracieta Baião; “É Pelas Ribeiras que se Chega ao Mar”, de Antônio Maria de Sousa; “Eixos Estratégicos na Intervenção do Projecto de Escolas Rurais do ICE”, de Ruy D’Espiney; “O Projecto Educativo Local do Conselho de Golegã”, de Filomena Rodrigues.

Após uma hora reservada para as leituras, organizei uma plenária para que as participantes pudessem discutir as principais ideias dos artigos.

Depois da discussão dos textos, solicitei que as participantes se organizassem em pequenos grupos para, em conjunto, elaborarem propostas de ensino que contemplassem a realidade da comunidade rural na qual suas escolas estão inseridas.

As produções foram socializadas com o grande grupo.

Foi oferecido espaço para a apresentação dos portfólios do dia anterior; uma professora apresentou seu material.

Como tarefa para o portfólio, as participantes foram convidadas a produzir uma resenha crítica dos textos: “Educação no Meio Rural e Desenvolvimento Local” e “Escola em Meio Rural: Uma Escola Portadora de Futuro?” de Abílio Amiguinho, estabelecendo relações com as ideias dos artigos discutidos durante o encontro e o projeto educativo desenvolvido nas escolas em que atuam.

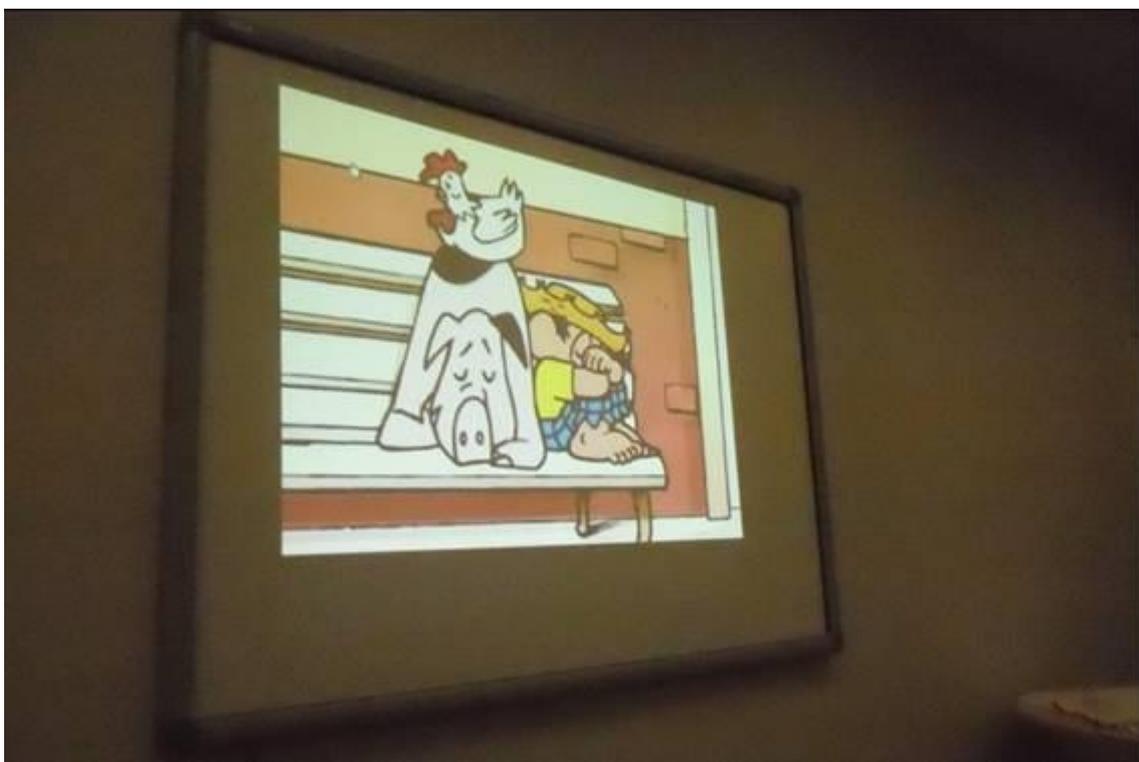
**Avaliação do encontro** (tabulação das respostas das participantes às questões constantes na Escala adotada): Encontro avaliado como “bom”.

**Comentários:** As professoras, de uma forma geral, não conseguem entender o que estão lendo; não de maneira crítica.

Elas não parecem reconhecer o campo como um lugar onde as pessoas possam permanecer. As participantes referiram que não veem sentido sabem trabalhar nessa perspectiva, sem que o Poder Público garanta as condições de permanência dos estudantes em escolas do campo até a conclusão de seus estudos.

Na opinião da maioria das professoras, deveria haver uma escola agrícola no campo, que incentivasse a permanência dos alunos na zona rural. Posição que revela uma concepção equivocada e contrária tanto às recomendações legais como aos valores defendidos pelo movimento em favor a uma educação do campo de qualidade.

### Memórias do Encontro 5





## QUADRO 6 – Descrição do Encontro 6

**Data:** 23/07/2014

**Horário:** Tarde - das 13h30 às 17h30

**Local:** Secretaria Municipal de Educação

**Temas abordados:** PPP- Adequação da Proposta Pedagógica à realidade do contexto rural em que a escola se situa

**Desenvolvimento da ação:** Iniciei o encontro utilizando uma adaptação da técnica chamada “A Dimensão dos Sonhos”. Cada participante recebeu uma cartela para registrar sua resposta a seguinte questão: “Como deveria se caracterizar/ funcionar “a escola ideal do campo”? Após, em pequenos grupos, as participantes socializaram seus “ideais” com seus colegas – e o grupo identificou pontos comuns e distintos. Após, construíram uma lista única. Na sequência, propus a discussão coletiva acerca das principais ideias dos textos “Caminhos e Descaminhos da Educação do Campo: Um Projeto de Intervenção Político- Pedagógico no Contexto Rural”, de Claudemiro Godoy do Nascimento, e “Elementos para a construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo, de Roseli Caldart. Para finalizar, convidei as participantes a se organizarem em duplas ou em pequenos grupos - para análise do PPP Padrão proposto pela SMED, alertando que, para isso, deveriam considerar os ideais contemplados na lista elaborada, conjuntamente, no momento inicial do encontro. Após, as participantes elaboraram uma segunda lista indicando as medidas e/ou procedimentos a serem adotados para que o PPP de cada unidade escolar representasse, da melhor forma possível, os ideais de todos os segmentos da comunidade escolar.

**Avaliação do encontro** (tabulação das respostas das participantes às questões constantes na Escala adotada): Encontro avaliado como “ótimo”.

**Comentários:** As professoras envolveram-se com interesse nas atividades propostas e manifestaram seu desconhecimento acerca da produção científica já publicada acerca do tema. Foram unânimes em apontar que o documento que regula as atividades de cada escola não contempla as especificidades que caracterizam suas comunidades escolares e respectivos contextos rurais de inserção. Os ideais contemplados nas listas ressaltaram que urge a revisão de procedimentos até então adotados para a formulação de Projetos Políticos-Pedagógicos próprios, representativos de interesses e demandas de cada comunidade.

## Memórias do Encontro 6



## QUADRO 7 – Descrição do Encontro 7

**Data:** 24/07/2014

**Horário:** Manhã: das 8h às 12 h

**Local:** E.M.E.F. Marechal José de Abreu

**Temas abordados:** Planejamento de estratégias que estimulem e mobilizem o envolvimento da comunidade na construção do PPP e do Plano Anual de Atividades de cada Escola

**Desenvolvimento da ação:** No início do encontro propus a leitura do texto: “Todos é Igual a Ninguém”. Após, apresentei em power point as principais ideias do artigo “Gestão Escolar Democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação”, de João Ferreira de Oliveira, Karine Nunes de Moraes e Luiz Fernandes Dourado.

Com o auxílio de um painel confeccionado em papel pardo, expus os 13 itens e o Quadro Comparativo apresentados no texto “Pontos e Bordados: começando a tecer o PPP das escolas campesinas”, de Gilda Cardoso de Araújo.

Organizei as participantes em três grupos e distribuí textos diferentes para a leitura de cada um deles. Os textos propostos foram: “Educação e Escola do Campo: o PPP como instrumento de diagnóstico e transformação social”, de Gilda Cardoso de Araújo; “Pensando o Projeto Político-Pedagógico: alguns passos necessários para a caracterização de seus sujeitos”, de Rogério Drago e Paulo da Silva Rodrigues; “Refletindo sobre os Fundamentos e Concepções Sócio-Psico-Educacionais no Contexto do Projeto Político Pedagógico”, de Rogério Drago e Paulo da Silva Rodrigues.

Após debatermos, conjuntamente, as ideias dos três textos, as participantes foram convidadas a realizarem uma análise crítica dos PPPs vigentes nas escolas. Foi ofertado espaço para a socialização dos portfólios; uma professora leu o seu material.

**Avaliação do encontro** (tabulação das respostas das participantes às questões constantes na Escala adotada): Encontro avaliado como “bom”.

**Comentários:** Nesse encontro as professoras realizaram uma análise crítica dos documentos vigentes nas escolas em que atuam, mais precisamente os Projetos Políticos Pedagógicos, e concluíram que eles não atendem de nenhuma maneira as realidades das comunidades. Elas também ressaltaram que a gestão democrática está muito longe de ser contemplada, pois as comunidades nunca foram chamadas para discutirem assuntos pertinentes ao projeto político pedagógico ou currículo. As participantes consideram-se despreparadas para produzirem documentos que, efetivamente – contemplem a realidade e os interesses e demandas das comunidades.

Afirmaram nunca terem tido antes a oportunidade de produzirem – em conjunto com diferentes segmentos que compõem a comunidade escolar – nenhum documento das escolas. Elas também mencionaram que as sedes das escolas ficam distantes das residências dos alunos, o que acaba dificultando a participação das famílias nas atividades escolares.

Pareceu-me que, a partir dos estudos realizados no âmbito da formação, as participantes começaram a entender como a confecção de tal documento é realizada e que é imprescindível a participação de todos os agentes envolvidos para que o documento expresse realmente a vontade de todos. Foi proposto que se elas não puderem reunir a todos, que criem estratégias que garantam voz aos que não puderem se fazer presentes, tal como formulários que possam ser preenchidos e enviados à escola.

#### Memória do Encontro 7



#### QUADRO 8 – Descrição do Encontro 8

**Data:** 24/07/2014

**Horário:** Tarde: das 13h30min às 17h30min

**Local:** E.M.E.F.Marechal José de Abreu

**Temas abordados:** Planejamento na Gestão das Escolas do Campo: estratégias de acompanhamento e avaliação da oferta de ensino.

**Desenvolvimento da ação:** Propus a análise conjunta do Quadro Comparativo Fato-Verdade, apresentado no texto “Sobre Gansos e Equipes”; apresentado em papel pardo. Com o apoio do Power point expus as principais ideias apresentadas nos textos: “A Evolução da Gestão Educacional a partir da Mudança de Paradigma”, de Heloisa Lück, e “Concepções e Práticas de Organização e Gestão da Escola: considerações introdutórias para um exame crítico da discussão atual no Brasil”, de José Carlos Libâneo.

Após a exposição, realizamos um debate com as ideias abordadas, relacionadas às experiências das participantes nas suas áreas de atuação.

Divididas em quatro grupos, as professoras foram estimuladas a elaborar um plano de ação que aproximasse os estudantes e as famílias da comunidade rural na qual a escola está inserida, a fim de participarem na elaboração dos documentos da instituição.

Foi aberto espaço para a socialização dos portfólios.

**Avaliação do encontro** (tabulação das respostas das participantes às questões constantes na Escala adotada): Encontro avaliado como “bom”.

**Comentários:** Nesse encontro as professoras confeccionaram um plano de ação. Novamente apareceram as festas gaúchas, as “carreiras” e os bingos como estratégias de aproximação das famílias, parecendo serem essas as únicas formas de trazerem a comunidade para as escolas que lhes ocorrem. As participantes justificaram a proposição de tais atividades como meios de garantirem que os pais compareçam na escola, e que, aproveitando suas presenças, podem abordar assuntos pertinentes a educação de seus filhos.

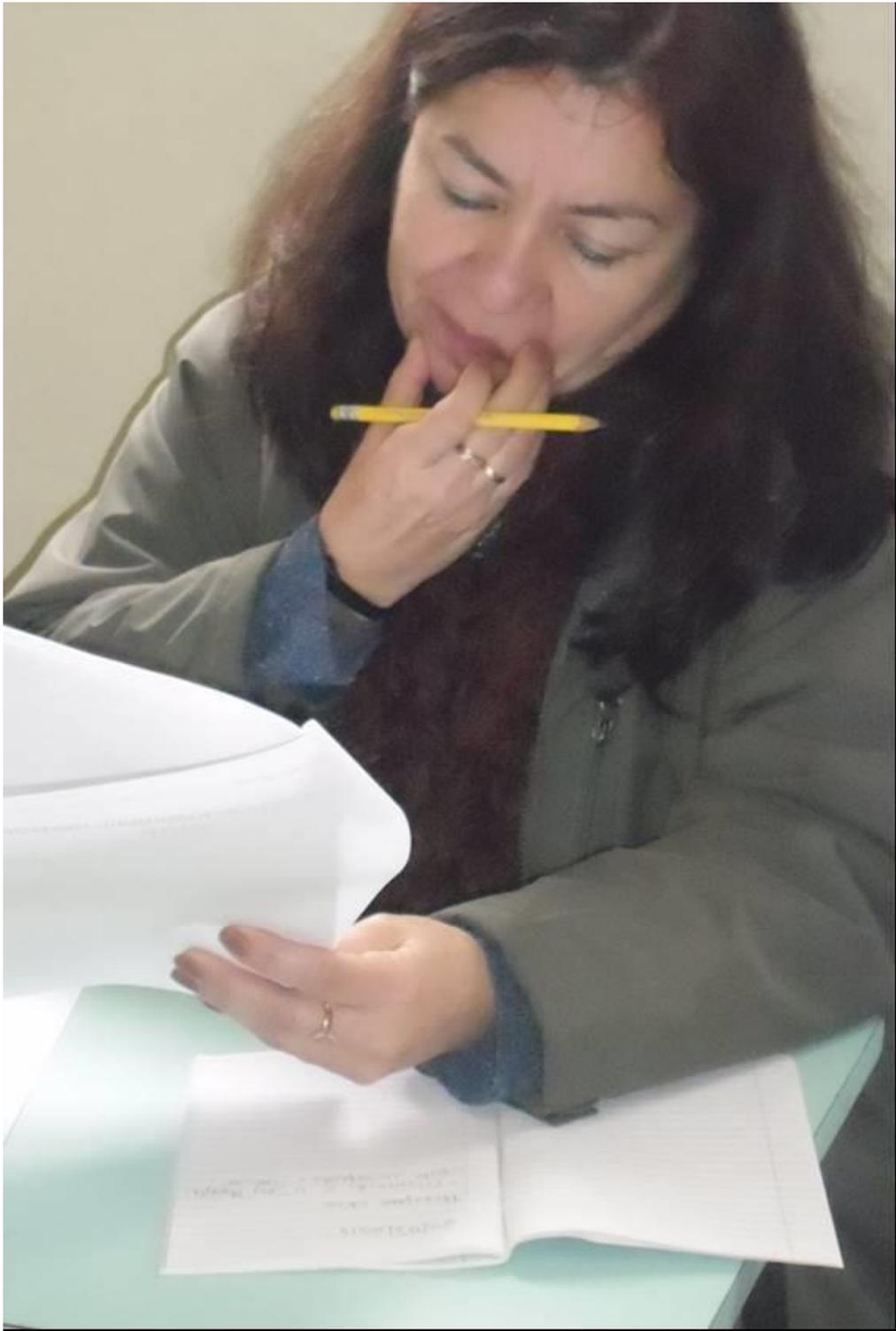
## Memória do Encontro 8



**QUADRO 9 – Descrição do Encontro 9**

**Data:** 18/08/2014

<p><b>Horário:</b> Manhã: das 8h às 12h</p> <p><b>Local:</b> E.M.E.F. Marechal José de Abreu</p>
<p><b>Temas abordados:</b> Metodologia de trabalho por projetos- interdisciplinaridade e temas geradores</p>
<p><b>Desenvolvimento da ação:</b> Convidei as participantes a assistirem a um vídeo. Com o auxílio do Power point, expus oralmente as principais ideias abordadas nos seguintes textos: “Escola: terra de direito”, de Miguel Arroyo; “Economia Solidária: possíveis pilares pedagógicos”, de Marcos Vinícius de Moraes Terra; “A Imperiosa Necessidade de uma Teoria e Prática- Pedagógica – Radical Crítica: Diálogo com Jurjo Torres Santomé”, e “Metodologia de Trabalho com Projetos”, de Gimeno Sacristã.</p> <p>Após foi realizado um debate. Organizadas em grupos, as participantes retomaram as produções do encontro 4 para identificar temas geradores a serem contemplados em projetos interdisciplinares. Distribui roteiros com itens a serem contemplados nas produções dos projetos. Ao final, as produções foram socializadas. Foi garantido espaço para a socialização dos portfólios.</p>
<p><b>Avaliação do encontro</b> (tabulação das respostas das participantes às questões constantes na Escala adotada): Encontro avaliado como “bom”.</p>
<p><b>Comentários:</b> As participantes foram desafiadas a identificar temas geradores que pudessem ser contemplados em projetos que despertassem o interesse dos alunos, ou seja, condizentes com a sua realidade. Os roteiros que foram distribuídos foram preenchidos por elas para que os projetos contemplassem assuntos relacionados à vida dos estudantes. Foi um encontro bastante produtivo. Porém, é preciso destacar que a produção das participantes ainda revela que concebem a identidade do homem do campo como fator isolado do resto da realidade, como se fosse um “mundo a parte”; como se as pessoas que lá residem não pudessem se interessar por outros assuntos que não fosse animal ou plantação. Ainda preferem cultivar um homem do campo isolado do resto do mundo, o que não é propósito da educação; a Educação do Campo quer um homem que volte para as suas origens com outras concepções e metodologias, além de novos conhecimentos, mas que tenham seus direitos garantidos de terem a mesma educação de qualidade em um espaço que respeite sua identidade e que valorize seus saberes.</p>





## QUADRO 10 – Descrição do Encontro 10

**Data:** 18/08/2014

**Horário:** Tarde: das 13h30min às 17h30min

**Local:** E.M.E.F. Marechal José de Abreu

**Temas abordados:** Recomendações legais e princípios a serem considerados na elaboração dos currículos das escolas, nas diferentes áreas do conhecimento.

**Desenvolvimento da ação:** Com a ajuda do Power point, convidei as participantes a acompanhar o texto “Currículo dos Urubus”, de Rubem Alves.

A seguir, ainda utilizando o Power point farei uma exposição dialogada das principais ideias dos textos: “Desígnios para um Currículo Democrático”, de José Carlos Morgado e Ana Margarida Gonçalves; “Currículo: Busca de Identidade do Campo”, de Helenise Sangoi Antunes; e “O Currículo e o seu Planejamento: concepções e práticas”, de Érika Virgílio Rodrigues da Cunha.

Apresentei as principais recomendações legais a serem consideradas na elaboração dos currículos das escolas do campo. Em pequenos grupos as participantes analisaram, criticamente, os planos de estudos vigentes nas escolas em que atuam. Após, produziram um documento indicando o que deveria ser alterado e reelaborado.

Ao final desse encontro, foram apresentados os portfólios elaborados pelas participantes. Elas também responderam a escala de avaliação geral do plano de ação. A maioria destacou haver gostado da oportunidade de discutirem temas pertinentes ao seu dia-a-dia e que foi muito mais gratificante passarem esses dias na minha formação do que participarem das formações oferecidas pela Secretaria de Educação, que, segundo elas, desconsidera a especificidade de seus contextos de atuação.

**Avaliação do encontro** (tabulação das respostas das participantes às questões constantes na Escala adotada): Encontro avaliado como “ótimo”.

**Comentários:** Este sem dúvida foi um encontro cujos temas abordados despertaram muito interesse das participantes, uma vez a Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2011, elaborou um documento norteador de práticas pedagógicas para todas as suas modalidades e níveis de educação que não contemplou a Educação do Campo, fato que deixou as colegas bastante aborrecidas, pois foram chamadas para discutirem as práticas, mas a sua realidade, a realidade do campo na cidade de Bagé não estava na pauta. Recriaram e reelaboraram os currículos de cada ano do ensino fundamental e de cada disciplina estudada, mas a Educação do Campo permaneceu subordinada ao

currículo da cidade, sem levar em consideração suas especificidades e particularidades. Assim, referiram que pela primeira vez se dedicaram a pensar na construção de currículos voltados às realidades de suas escolas.

Para o Poder Público bageense, o simples fato de manter uma escola em funcionamento no meio rural parece ser o suficiente para o cumprimento de suas responsabilidades.

### **Memórias do Encontro 10**





## **AVALIANDO O PLANO DE AÇÃO**

Nessa parte do Relatório Crítico Reflexivo abordarei algumas estratégias de monitoramento que foram utilizadas para acompanhar o desenvolvimento dos dez encontros de formação que integraram o Plano de Ação.

Compreendo monitoramento, na esteira de Lück (2009, p.45) como:

O processo de acompanhamento sistemático e descritivo dos processos de implementação de plano ou projeto de ação, com o objetivo de garantir sua maior efetividade, mediante a verificação de seu ritmo de trabalho, o bom uso do tempo e dos recursos, a aplicação adequada das ações e competências previstas e necessárias, em relação aos resultados pretendidos.

Considero que o monitoramento de um projeto, como função interna, envolve o estabelecimento de indicadores de eficiência, eficácia e impacto e a prévia definição de procedimentos que garantam, no decorrer do processo, a coleta de informações relacionados a esses indicadores;

Para a confecção desse relatório, utilizei a análise do material produzido nos portfólios, pois num primeiro momento, diferente de apenas observar o que um

participante aprendeu, seus registros revelam seus modos particulares de ressignificar suas aprendizagens.

Busquei não utilizar um instrumento que mensurasse resultados, mas sim, um instrumento que incentivasse a criatividade, a participação e a construção de um novo modo de saber.

O portfólio é esse instrumento que reflete a trajetória desse saber construído, também possibilita aos alunos e professores uma compreensão maior do que foi ensinado (VIEIRA, 2002).

Também usei observações não-estruturadas (VIANNA, 2007), que tem lugar num contexto natural, e que, na maioria das vezes, não produzem dados quantificáveis.

A observação não-estruturada é usada com bastante frequência quando o observador restringe o campo de suas observações, para mais tarde, delimitar suas atividades, modificando, às vezes, os seus objetivos iniciais, ou determinando com mais precisão o conteúdo de suas observações e proceder às mudanças que se fizeram necessárias no planejamento inicial, desta maneira, registrei num diário de campo minhas observações dos encontros.

O Plano de Ação que desenvolvi entre o mês de julho e o mês de agosto de 2014 trazia objetivos a serem alcançados no âmbito de cada um dos dez encontros, que foram formulados a partir da análise dos resultados da investigação das diferentes dimensões que caracterizam a oferta de ensino nas escolas do campo do município de Bagé.

O processo de verificação da consecução dos objetivos iria considerar conjuntos de descritores, ou melhor, desdobramentos e detalhamentos que apontam a qualidade e a gradação (dos pontos fortes aos mais fracos).

Como adverte Lück (2009:48),“(...) não é possível fazer monitoramento sem um julgamento da propriedade (pertinência) das ações, seu ritmo, sua intensidade, etc”.

No caso do meu projeto, pretendia que tanto as respostas das participantes às questões constantes em escalas, previamente formuladas, como seus registros nos portfólios se constituíssem em descritores adequados para o monitoramento e a avaliação das ações implementadas.

As escolhas dos indicadores para avaliação foram feitas em função dos aspectos que eu gostaria de analisar, como por exemplo, se eu queria medir ou acompanhar a eficiência, a eficácia e a efetividade da formação. A eficiência me diria respeito a boa utilização dos recursos financeiros, materiais e humanos em relação as atividades e os resultados alcançados. A eficácia se refere a relação entre as ações realizadas e os

resultados obtidos. E a efetividade é a observação das mudanças geradas por determinada formação na realidade da população-alvo.

Através de alguns dados gerados no processo de implementação do projeto, visei obter informações para formular alguns indicadores, tais como, número de participantes; sua frequência e pontualidade nos encontros; seu envolvimento nas atividades propostas; sua disponibilidade para realização das leituras prévias; sistematização e continuidade nos registros de seus portfólios.

No que tange ao Curso que foi oferecido às professoras e equipe gestora das escolas do campo do município de Bagé, selecionei assim os principais indicadores:

### **Indicador 1 - Participação efetiva no Curso**

As professoras e a equipe gestora de uma das escolas participaram de todos os encontros, mesmo daqueles que não foram realizados na sede da Secretaria Municipal de Educação, sendo apenas uma professora faltante em um encontro.

### **Indicador 2 - Possibilidades de transformação da realidade local, a partir das temáticas tratadas no Curso.**

As participantes sentiram-se bem à vontade para discutir os assuntos abordados (e acharam até melhor a equipe técnica da secretaria de educação não se fazer presente), mas em todos os momentos da formação elas “culpavam” o poder público municipal de não cumprirem as determinações que se fazem presentes tanto nas Diretrizes Operacionais (2002) e as Complementares (2008) como no Decreto Presidencial nº 7.352/10.

### **Indicador 3 – Avaliação se a mediadora propiciou a interação entre as cursistas, resultando em trocas significativas de experiências.**

As participantes referiram estar muito satisfeitas com a oferta de uma formação específica para sua área de atuação que abordou assuntos que fazem parte do seu fazer pedagógico; todas elas interagiram contando fatos e acontecimentos ocorridos com elas durante os anos que estão atuando nas escolas do campo. Uma das participantes disse “poder conversar com profissionais que trabalham com a nossa realidade, que conhecem os mesmos problemas que enfrentamos é muito estimulante; gera ótimos debates”. A grande maioria das professoras que participaram do Curso estão lecionando no campo desde a época em que se formaram no Magistério, cerca de 25

anos atrás, tendo assim uma vasta experiência com a realidade rural; contam elas que quando foram trabalhar na zona rural, o transporte ia até determinado ponto, sem entrar nos locais onde ficavam sediadas as escolas, portanto, muitas tiveram que aprender a montar cavalo para poder chegar até a escola onde trabalhava e permanecendo na sede por toda a semana, retornando à cidade somente nos finais de semana ou para receber o pagamento, o que ocasionou o casamento de algumas delas com moradores da região. Algumas delas vieram a retomar os estudos depois de muito tempo, pois não tinham tempo; o transporte as conduzia muito cedo da manhã e por vezes retornava em horários que não facilitava o ingresso delas na única universidade que existia em Bagé na época. Contaram também que aprenderam a lidar com animais, como cobras, lagartos e touros bravos que escapavam das fazendas locais; uma das professoras narrou “certa vez trabalhei em uma escola que na soleira da porta da sala de aula havia um ninho de cruzeiras que eu mesma tive que tirar”. Relataram que percorriam longas distâncias a pé, em tempos ruins, com chuvas e fortes geadas; e o que acham mais difícil até os dias de hoje que é trabalhar com classes multisseriadas. Segundo a opinião de uma das participantes “trabalhar com várias crianças de diferentes idades e sem nunca ter aprendido a fazer isso em nenhum curso não é nada fácil”.

#### **Indicador 4 - Avaliação se a participação na formação mudou seu conceito de Educação**

Segundo as participantes, o que elas viram de mais relevante na formação foi o conhecimento das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo e a maneira como esses pressupostos são desrespeitados pelo poder público local. A Educação do Campo para elas, na cidade de Bagé, é só para dizer que existe; que a maneira como ela está sendo conduzida não irá transformar a realidade de quem lá reside. Conforme referiu uma das professoras, “sabemos que a Educação do Campo é importante e que está nas agendas dos grandes bancos, por isso é que aparece, mas se é esse o caso, porque não cobram mais severamente dos municípios uma oferta de qualidade?”. A partir dos estudos propostos acerca das Políticas Públicas que envolvem a Educação do Campo, elas disseram ampliar os horizontes e que passaram a conhecer melhor a modalidade com a qual trabalham há anos. Afirmaram que reconhecer a Educação do Campo como direito a ser respeitado será uma nova luta para travarem.

### **Indicador 5 – Avaliação sobre a carga horária do curso e as temáticas contempladas**

As professoras gostaram da carga horária, pois disseram ser a primeira vez que a Secretaria ofertou formação específica para elas, mas acharam que o material ofertado precisava de mais tempo para ser estudado, pois a maior parte delas possuem 60 horas de trabalho, dificultando assim as leituras e as escritas. Percebi que as escritas são fracas e sem opiniões próprias; grande parte delas fizeram resumos ao invés de resenhas críticas.

### **Indicador 6 - Atendimento aos objetivos previstos**

Na opinião das participantes os objetivos foram alcançados e o principal deles foi o conhecimento das Bases Legais que amparam a Educação do Campo.

### **Indicador 7 – Avaliação da qualidade do trabalho da ministrante do curso.**

Conforme referiu uma das colegas, “a Silvana conduziu muito bem a formação, pois além de dominar os conteúdos, nos deu voz; voz essa das nossas experiências e respeito as nossas vivências; foi uma excelente troca”.

Nas escalas de avaliação preenchidas por elas, grande parte respondeu que ficou satisfeita com o trabalho da ministrante. Todas perceberam que os conteúdos abordados estimularam sua disposição para rever suas concepções e atitudes e que as estratégias adotadas favoreceram a discussão e a produção coletiva.

Quando foi para mensurar o alcance dos objetivos previstos para cada intervenção (encontro), as participantes foram convidadas a responder um formulário no qual ela assinalaram numa escala de 1 a 5 o número que correspondia a sua avaliação do grau de concretização de cada objetivo; utilizando por base a escala assim especificada:

(1)- não contemplado, (2)- não alcançado, (3)- parcialmente alcançado, (4)- alcançado e (5)- plenamente alcançado.

A tabulação das respostas das participantes à escala de avaliação do grau de alcance dos objetivos revelou o seguinte:

**Objetivo 1** - Contribuir para a necessária apropriação do conteúdo das Diretrizes Operacionais e Complementares para a Educação Básica nas escolas do campo e do disposto no Decreto 7.352/10.

**Resultado:** Todas marcaram na escala o item 5, plenamente alcançado.

**Objetivo 2** - Propiciar estudos da legislação que normatiza os processos de construção de calendários próprios para cada unidade escolar.

**Resultado:** Todas as participantes marcaram o item 4, alcançado.

**Objetivo 3** - Contribuir nos estudos necessários à definição de critérios e procedimentos que favoreçam a inclusão de crianças e jovens portadores de necessidades especiais nas escolas do campo.

**Resultado:** As participantes marcaram o item 4, alcançado.

**Objetivo 4** - Contribuir com estratégias a serem adotadas para a caracterização das comunidades onde as escolas estão inseridas.

**Resultado:** As participantes marcaram o item 3, parcialmente alcançado, pois consideram que são necessários mais estudos para formularem novas estratégias.

**Objetivo 5** - Contribuir para o planejamento de ações que favoreçam a identificação das demandas das ofertas de ensino.

**Resultado:** Três das participantes marcaram o item 5, plenamente alcançado e as demais marcaram o item 4, alcançado.

**Objetivo 6** - Propor estudos que viabilizem a definição de critérios a serem observados no planejamento e na avaliação da oferta do ensino, especialmente no que se refere às condições do deslocamento dos estudantes para as escolas.

**Resultado:** As participantes marcaram o item 4, alcançado.

**Objetivo 7** - Abordar estratégias que contribuam para promover ou para ampliar a participação da comunidade escolar na construção do currículo das escolas.

**Resultado:** As participantes marcaram o item 4, alcançado.

**Objetivo 8** - Propor estratégias que contribuam à promoção da participação efetiva de todos que compõem a comunidade escolar na gestão das escolas rurais.

**Resultado:** Oito participantes marcaram o item 4, alcançado e cinco as demais marcaram o item 5, plenamente alcançado.

**Objetivo 9** - Abordar estratégias que estimulem a construção coletiva de projetos específicos, adequados às realidades das comunidades atendidas, resultantes do envolvimento dos diferentes segmentos nesses processos de elaboração (planejamento).

**Resultado:** As participantes marcaram o item 4, alcançado.

**Objetivo 10** - Propor estudos para que estabeleçam relações entre o conteúdo das Diretrizes Operacionais (2002) e Complementares (2008) para a Educação Básica nas escolas do campo, os artigos da Resolução nº 7/2010, e as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – anos iniciais e finais e do Padrão Referencial de Currículo para Educação Infantil.

**Resultado:** Todas as participantes marcaram o item 4, alcançado.

Para a avaliação da qualidade da concretização de cada objetivo, cada participante foi convidada a apresentar seu portfólio, que seria avaliado a partir de critérios previamente estabelecidos, o que acabou não ocorrendo como deveria, pois poucas registraram suas produções. A maioria não realizou as tarefas propostas.

Apesar do enfrentamento de uma certa falta de comprometimento das participantes do curso com um dos instrumentos de avaliação, não considero o trabalho perdido por conta da valiosa troca de experiências e vivências que ocorreu durante a formação.

Num outro momento eu deveria me reunir com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, o que acabou não ocorrendo porque na época que busquei agendar o encontro a secretária de educação e a coordenadora pedagógica estavam em viagem.

Pude perceber durante todo o projeto de formação e pela análise dos resultados das avaliações que a Educação do Campo ainda está muito longe de se estabelecer como um direito garantido no município de Bagé.

Os artigos das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (2002) e das Diretrizes Complementares (2008), Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (2008) trazem muitas recomendações que não são observadas pela Secretaria Municipal

de Educação de Bagé, instituição que representa a mantenedora das quatro escolas do campo.

Posso citar, como exemplo, a inexistência de oferta de Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, para os jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos; a necessidade da adequação do sistema de transporte dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que os deslocamentos intracampo devem observar um tempo máximo de suas residências até as unidades escolares; a indispensável revisão na distribuição de vagas, ou seja, estudantes de anos iniciais do Ensino Fundamental estão sendo deslocados de suas comunidades de origem em razão da inexistência de unidades escolares em determinadas áreas rurais.

No Brasil, as comunidades rurais caracterizam-se pela diversidade de modos de vida e de trabalho. No entanto, a educação oferecida a esse significativo contingente da população não tem merecido a devida atenção de sucessivos governos.

Na sua maioria dos casos, observa-se extrema desigualdade de oportunidades educacionais oferecidas no meio rural se comparadas ao meio urbano.

Destaco o disposto no Artigo 15 das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (2002), que trata das responsabilidades próprias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o atendimento escolar em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. Dentre essas responsabilidades, está o cumprimento do disposto no § 2º do Artigo 2 da Lei 9424/96 que determina a diferenciação do custo-aluno com vistas ao financiamento para a educação escolar nas escolas do campo.

Nesse contexto, creio que o poder público local ao traçar uma política de financiamento para a Educação do Campo, deveria considerar a variação na densidade demográfica e na relação professor/aluno; as especificidades do campo, observadas no atendimento das exigências de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos alunos e professores apenas quando o atendimento escolar não puder ser assegurado diretamente nas comunidades do campo; remuneração digna, inclusão nos planos de carreira e institucionalização de programas de formação continuada para os profissionais da educação que propiciem, no mínimo, o disposto nos artigos 13,61, 62 e 67 da LDB (Lei 9394/96).

Mesmo entendendo que o problema da educação esteja longe de se limitar à sua dimensão campesina, é no campo que tudo se torna mais grave, pois além de não considerar a realidade onde a escola está inserida, ela foi tratada pelo poder público com

políticas compensatórias que muitas vezes não tem continuidade, como também se utiliza de ações justapostas e com diferentes concepções de educação.

Acredito que os conhecimentos gerados no estudo diagnóstico foram indispensável base à seleção de temas abordados no Plano de Ação formulado e executado com vistas a contribuir à qualificação da oferta de ensino nas escolas do campo mantidas pela rede pública municipal de ensino de Bagé.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Meu ingresso no Mestrado Profissional em Educação, no ano de 2013, se a partir de minha aprovação em um processo de seleção exigente e criterioso.

Na carta de intenções apresentada em uma das etapas desse processo manifestei, inicialmente, meu interesse em aprofundar estudos relativos à implementação de Conselhos Escolares.

Porém, já no primeiro encontro com minha orientadora, a escolha do tema foi questionada, uma vez que eu já dispunha de suficiente acúmulo de estudos e de conhecimentos acerca do tema, pois, na qualidade de representante da Secretaria Municipal de Educação de Bagé, tanto realizei diversos cursos ofertados pelo MEC como fui a responsável pelo desencadeamento da constituição de Conselhos Escolares nas escolas mantidas pela rede pública municipal de ensino.

Fui desafiada a refletir sobre minhas experiências profissionais e, após alguns encontros de orientação, acabei optando por me envolver em estudos sobre um tema que nunca antes havia me dedicado. Tal escolha foi um estímulo interessante a minha formação, pois teria a oportunidade de conhecer uma realidade que, até então, me era estranha: a oferta de ensino nas escolas situadas em áreas rurais de meu município.

Dei-me conta que mesmo integrando – por diferentes gestões – a equipe técnica da SMED Bagé, jamais teria participado de formações que tratassem de especificidades que caracterizam essa modalidade de ensino.

Nos espaços de estudos e discussão, ao longo do processo de construção de meu Projeto de Intervenção, senti-me constantemente instigada a buscar novas abordagens, novas concepções e novas maneiras de produzir conhecimento.

Definido o grande tema passei a pensar, junto com minha orientadora, na problematização, ou seja, questionamos os conhecimentos já produzidos acerca do tema e optamos por contribuir para a qualificação da oferta de ensino nas escolas do campo

do município de Bagé a partir da garantia de espaços de formação dos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino.

Nessa perspectiva, minha primeira tarefa foi apropriar-me de referências teórico-metodológicas indispensáveis a formulação de um projeto de pesquisa de tipo diagnóstico.

Também envolvi-me em leituras de diferentes documentos legais, artigos, livros e diagnósticos publicados sobre o tema da educação do campo. Confesso que surpreendi-me com a riqueza do material já produzido.

Ressalto, também, que ao ingressar no Curso de Mestrado Profissional não tinha uma ideia clara de aspectos que o diferenciam de um Mestrado Acadêmico, ou seja, além de realizar uma pesquisa voltada à identificação de necessidades de mudança, teria que buscar alternativas de solução aos problemas encontrados, formular, executar e avaliar ações que eu deveria implementar.

E foi com essa expectativa que cursei as diferentes disciplinas obrigatórias que compõem o currículo do Curso e aquelas que selecionei dentre as optativas ofertadas.

No entanto, diferente do que eu esperava, o que aprendi no contexto das aulas contribuíram para aprofundar e ampliar meus conhecimentos sobre a área da educação, em geral. À exceção da disciplina Métodos de Pesquisa, as demais não me auxiliaram em nenhum momento nas etapas de construção de meu Projeto de Intervenção. Vale dizer, também, que me senti, algumas vezes, exposta a muitas opiniões contrárias de professores que ministram o curso, ou seja, em cada aula dada aprendíamos a mesma coisa com enfoque diferente, com a opinião do profissional que ali estava no momento, fato que foi caudador de angústia entre os estudantes.

Quando percebi que esse processo seria menos complicado se eu seguisse apenas a linha da minha orientação, tudo se tornou mais fácil e simples.

A partir do diagnóstico percebi que poderia reconhecer os principais entraves à pretendida qualidade da educação nas escolas do campo da rede pública municipal do ensino de Bagé, além de perceber a quem se destinaria esse trabalho, no meu caso, a formação continuada dos profissionais do campo.

O planejamento das atividades a serem contempladas no Plano de Ação foi cuidadosamente construído, diferente do que, em alguns momentos, percebi na ação de alguns professores do Curso.

Se analisar minha trajetória no Curso do Mestrado Profissional em Educação, especialmente os estudos desenvolvidos nos âmbitos dos Laboratórios relativos à Linha

de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação, percebo que muitas lacunas foram criadas e muito tempo foi desperdiçado em favor da qualificação do Projeto de Intervenção e da produção do presente Relatório Crítico-Reflexivo.

Cabe ressaltar, também, que me chamou muita atenção que, ao longo da caminhada de minha turma, meu projeto de intervenção foi consultado por vários colegas que se diziam desamparados e sem referências.

Considero que cresci muito nessa caminhada!

O desenvolvimento de meu trabalho não foi fácil, mas foi gratificante, pois aprendi muito sobre um assunto que não tinha tanto conhecimento e a troca de experiências e vivências com quem faz educação há mais tempo também foi significativo.

Saio do PPGEduc com a convicção de que atingi meu ideal!

Poderia ter feito melhor? Talvez, mas, certamente, não economizei esforços para ampliar e aprofundar meus conhecimentos.

“Valeu a pena? Tudo vale a pena se a alma não for pequena” (Fernando Pessoa).

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. Currículo dos Urubus. Disponível em: <http://blogdaformacao.wordpress.com/2007/02/22/a-educacao-vai-muito-mal-2/>
- AMIGUINHO, Abílio. A construção progressiva de um projecto de intervenção em meio rural – Escolas rurais – de obstáculos à recursos (Região do Norte Alentejano).
- ANTUNES, Helenise Sangoi; CRUZ, Daniela Cezar; BATALHA, Denise Valduga. Currículo: Busca de Identidade do Campo. UFSM – PPGE. Curitiba, 2011.
- ARAÚJO, Gilda Cardoso. Educação e Escola: o PPP como instrumento de diagnóstico e transformação social. P.77-81.
- ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Pontos e Bordados; começando a tecer o PPP das escolas campestinas.
- BAIÃO, Gracieta. O despontar do projecto das escolas isoladas: um testemunho.
- BRASIL/ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CASA CIVIL/SUB-CHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Decreto nº 7.532/2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa de Educação na Reforma Agrária, de 4 de novembro de 2010.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo. Brasília: MEC/CNE, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília: MEC/CNE, 2008.
- CALDART, Roseli Salet. Elementos para a construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo. 2002
- CALDART, Roseli Salet. A escola do campo em movimento. In: Currículo sem fronteiras, v.3 n. 1, pp. 60-81, jan/jun. 2003.
- CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Por uma política pública de educação do campo, 8, 2004. Luziânia, GO: MST/MEC, 2004.
- CUNHA. Érika Virgílio Rodrigues da. O currículo e o seu planejamento: concepções e práticas
- D'ESPINEY, Ruy. Eixos estratégicos na intervenção do projecto de escolas rurais do ICE

DRAGO, Rogério; RODRIGUES, Paulo da Silva. Pensando o Projeto Político-Pedagógico: alguns passos necessários para a caracterização de seus sujeitos. P.129-133.

DRAGO, Rogério; RODRIGUES, Paulo da Silva. Refletindo sobre os fundamentos e concepções sócio-psico-educacionais no contexto do Projeto Político Pedagógico.

INEP, Sinopse Estatística da Educação Básica do Campo: censo escolar 2012. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/ MEC. Brasília, 2012.

INEP – Diagnóstico da Educação do Campo- 2004, disponível em: [www.inep.gov.com.br](http://www.inep.gov.com.br)

LEAL, Alzira Elaine Melo Leal; SOUZA, Carlos Eduardo Gerson de Souza. Construindo o conhecimento pela Pesquisa. Orientação básica para elaboração de trabalhos científicos. Santa Maria: Vicente Pallotti, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. Concepções e Práticas de Organização e Gestão da Escola: considerações introdutórias para um exame crítico da discussão atual no Brasil.

LÜCK, Heloísa. A Evolução da Gestão Educacional a Partir da Mudança de Paradigma.

LÜCK, H. Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009.

OLIVEIRA, M.M. Como fazer Pesquisa Qualitativa. Petrópolis, Vozes.2007.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes; DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão Escolar Democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação.

MACHADO, Ilma Ferreira. Campo-cidade: a ressignificação de um espaço sócio-histórico.

MASETTO, M.T.; MORAN J.M.; BEHRENS, M.A. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. Campinas: Papirus, 2000.

MORGADO, José Carlos e GONÇALVES, Ana Margarida. Desígnos para um currículo democrático. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/15933>

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Caminhos e Descaminhos da Educação do Campo: Um Projeto de Intervenção Político-Pedagógico no Contexto Rural

RODRIGUES, Filomena. O projecto educativo local do Conselho de Golegã

SACRISTÁN, J. Gimeno. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed. 2000.

SANTOMÉ, J.T. A Imperiosa Necessidade de uma Teoria e Prática Pedagógica – Radical Crítica: diálogos com Jurjo Torres Santomé. Currículo Sem Fronteiras, V.4, nº2, PP.5-32, jul/dez 2004.

SOUSA, Antonio Maria de. É pelas ribeiras que se chega ao mar.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. A Avaliação da Aprendizagem- Práticas de Mudança: por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 2003.

VIANNA, H. M. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. Brasília: Líber Livro, 2005, 182p.

# Apêndices

# APÊNDICE A – CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Profissional em Educação

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA OU RESPONSÁVEL LEGAL

Nome: .....  
Documento de Identidade Nº: ..... Sexo: M  F   
Data Nascimento: ...../...../.....  
Endereço: ..... Nº: ..... Apto: .....  
Bairro: ..... Cidade: .....  
Cep: ..... Telefone: (.....) .....

#### DADOS SOBRE A PESQUISA

##### 1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA

CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA DE ENSINO NAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS-BRASIL

##### 2. Pesquisadores responsáveis: Silvana Raquel Gonçalves de Deus e Arlete Salcides

CARGO/FUNÇÃO: Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação e Profª Dra. da UNIPAMPA/ Campus de Jaguarão  
– Orientadora

**Pesquisador executante:** Silvana Raquel Gonçalves de Deus

##### 3. Avaliação do risco da pesquisa:

RISCO MÍNIMO  RISCO MÉDIO

RISCO BAIXO  RISCO MAIOR

**4. Duração da pesquisa:** A duração total deste projeto é de quatro meses (setembro a dezembro de 2013)

##### 5. Justificativa e objetivos

O presente projeto se justifica na intenção de contribuir à identificação dos principais entraves à oferta de ensino de qualidade nas escolas públicas situadas nas áreas rurais do município de Bagé. Nessa perspectiva, visa-se caracterizar as escolas do campo, em relação aos seguintes aspectos: número de estudantes e de professores; formação docente; tempo de serviço dos professores; o contexto onde essas escolas estão inseridas; número de escolas; formas de deslocamento dos estudantes; metodologia utilizada pelos professores; organização da oferta de ensino (seriada/ multisseriada); vigência de projetos de inclusão e formas de atendimento; relação escola/comunidade; processo de construção do PPP; projetos curriculares vigentes

##### 6. Procedimentos

###### Procedimentos para seleção de sujeitos que participarão da pesquisa:

Os/as potenciais sujeitos a serem envolvidos na pesquisa estão estreitamente relacionados à escola do campo em razão do vínculo profissional que mantêm com a mantenedora – Secretaria Municipal de Educação de Bagé - no caso das gestoras e dos professores.

###### Procedimentos da intervenção

Em qualquer dos casos acima referidos, os representantes dos diferentes segmentos deverão manifestar sua concordância de participação no estudo, através de sua assinatura ou a de seus responsáveis no presente documento.

## 7. Riscos e inconveniências

As tarefas a serem realizadas para a conclusão deste projeto podem suscitar algum grau de ansiedade nos participantes, decorrente de sua maior exposição frente ao coletivo que integra.

### Gostaríamos ainda de deixá-lo ciente dos seguintes direitos que você terá:

- **Sigilo e privacidade:** As informações produzidas nas etapas de execução da pesquisa serão mantidas em lugar seguro, codificadas e a identificação só poderá ser realizada pelas pesquisadoras responsáveis, diretamente envolvidas com o projeto. Caso o material venha a ser utilizado para publicação científica ou atividades didáticas, não serão utilizados nomes que possam vir a identificá-lo.
- **Direito à informação:** Em qualquer momento do estudo você poderá obter mais informações com a Profª. Dra. Arlete Salcides pelo telefone (53) 326 14269, que estará apta a solucionar suas dúvidas. Você poderá solicitar informações de qualquer conhecimento significativo descoberto durante este projeto.
- **Despesas e compensações:** Não há despesas pessoais, ou seja, não será cobrado nada do participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira ou qualquer tipo de pagamento relacionado à sua participação.
- **Direito a não participar ou interromper sua participação no estudo:** Você tem liberdade para se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das etapas de execução, finalidades e implicações da pesquisa CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA DE ENSINO DA REDE PÚBLICA NAS ÁREAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS-BRASIL

Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente na minha participação e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Participante

Declaramos que obtivemos de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do/a participante ou de seu representante legal para a participação neste estudo.

Jaguarão, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
Assinatura de Pesquisadora Responsável

\_\_\_\_\_  
Assinatura de Pesquisadora Responsável

## APÊNDICE B - Formulário de Entrevista



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Universidade Federal do Pampa  
Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional

Projeto de Pesquisa  
Caracterização da Oferta de Ensino nas Escolas do Campo do Município de Bagé/RS-Brasil

Coordenação: Mestranda Silvana Raquel Gonçalves e Dra. Arlete Salcides

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013

Nº PROTOCOLO \_\_\_\_\_

### Dados do Informante

Nome completo:.....

Cargo:.....

Ano de início de atividades na função:.....

Experiência (s) anterior (es) de atuação na escola do campo:.....

.....  
.....  
.....

### QUESTÃO 1

O que você sabe sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, de 2002, e as Diretrizes Complementares, de 2008?

### QUESTÃO 2

Como a Secretaria de Educação tem acompanhado o trabalho de adequação dos projetos educativos das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental?

### QUESTÃO 3

Você participou da elaboração e/ou conhece a(s) proposta(s) pedagógica(s) da(s) escola(s) do campo e percebe que elas contemplam questões inerentes à realidade do contexto rural, (social, cultural, político, econômico, de gênero, geração e etnia) em que se situa?

### QUESTÃO 4

A Secretaria de Educação acompanha a elaboração do calendário anual de sua escola e orienta para que aspectos e fatores inerentes a realidade rural sejam contemplados?

### QUESTÃO 5

A Secretaria de Educação promove formação continuada específica para os professores da zona rural?

### QUESTÃO 6

Algum segmento (s) da comunidade escolar participou da construção do currículo da escola do campo? Qual (is)?

### QUESTÃO 7

De que maneira o poder público garante condições para a inclusão de crianças e jovens portadores de necessidades especiais nas escolas do campo?

### QUESTÃO 8

As escolas do campo possuem material didático, equipamentos e laboratórios necessários à execução de suas propostas pedagógicas?

### QUESTÃO 9

Os estudantes das escolas do campo são atendidos nas comunidades em que residem?

### QUESTÃO 10

Como é feito o transporte dos estudantes?

### QUESTÃO 11

Como é decidido quando uma escola do campo deve ser fechada?

### QUESTÃO 12

Existem escolas nucleadas em Bagé, mantidas pela Secretaria de Educação? Como ocorreu esse processo?

### QUESTÃO 13

Acreditas que a qualidade da oferta de ensino é a mesma nas escolas do campo e da cidade? Justifica a tua resposta.

### QUESTÃO 14

Que critérios regularam a oferta de ensino nas áreas rurais do município? (etapas/níveis/localização da escola/organização pedagógica)

### QUESTÃO 15

Como se organiza a gestão das escolas do campo?

## APÊNDICE C – RESULTADOS DA PESQUISA DIAGNÓSTICA

Quadro 1 – Dados extraídos dos Regimentos das Escolas

Itens que compõem os documentos	Escola Líbio Vinhas	Escola Favorino Mércio	Escola Alfredo Vieira	Escola André Leão Puente	Escola Simões Pires
Missão, fins e objetivos	Não	Não	Não	Não	Não
Contexto de inserção	Não	Não	Não	Não	Não
Finalidades	Não	Sim	Não	Não	Sim
Objetivo Geral	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Objetivos da E.I.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Objetivos do E.F.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Org. Admin/pedag Mantenedora	Em parte	Em parte	Em parte	Em parte	Em parte
Diretor/superv	Não	Em parte	Não	Não	Sim
Orient. Educ.	Não	Não	Não	Não	Sim
Secretaria Escolar	Não	Não	Não	Não	Não
Conselho de Classe	Não	Sim	Não	Não	Sim
Laboratórios	Não	Sim	Não	Não	Sim
Sala de Recursos	Não	Não	Não	Não	Não
Biblioteca	Não	Sim	Não	Não	Sim
Associação de Pais	Não	Não	Não	Não	Não
Conselho Escolar	Não	Não	Não	Não	Sim
Medidas Sócio-educ.	Não	Não	Não	Não	Não
Admissão e Ingresso	Não	Não	Não	Não	Em parte
Docs.Exigidos	Não	Não	Não	Não	Sim
Proc.Canc. Matric.	Em parte	Não	Em parte	Em parte	Não
Org.oferta E.I.	Não	Não	Não	Não	Não
Org.oferta E.F.	Não	Não	Não	Não	Não
Const. Turmas	Não	Não	Não	Não	Não
Metodol.ensino	Em parte	Em parte	Em parte	Em parte	Em parte
Aval.Rendimento	Em parte	Em parte	Em parte	Em parte	Em parte

Estudos da Recup.	Não	Sim	Não	Não	Sim
Controle de freq.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Classif. estudantes	Não	Sim	Não	Não	Sim
Forma de promoção	Não	Sim	Não	Não	Sim
Proced. Para transf.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Progressão cont.	Não	Não	Não	Não	Não
Progressão parcial	Não	Não	Não	Não	Não
Aproveit. Estudos	Não	Não	Não	Não	Sim
Adaptação	Não	Em parte	Não	Não	Em parte
Reclassificação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Calendário Escolar	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Disposições Finais	Em parte	Não	Em parte	Em parte	Não
Ano do documento	Não	Não	Não	Não	Não

**Quadro 2 – Dados extraídos dos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas**

Item que compõem os documentos	Escola Líbio Vinhas	Escola Favorino Mércio	Escola Alfredo Vieira	André Leão Punte	Escola Simões Pires
Texto de apresentação	Não tem PPP	Não tem PPP	Não tem PPP	Não tem PPP	Não tem
Objetivos	- X -	- X -	- X -	- X -	Sim
Processo de elaboração, ideias centrais e relevância	- X -	- X -	- X -	- X -	Não tem
Caracterização da comunidade	- X -	- X -	- X -	- X -	Sim
Características da área rural	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Dados sócio-econ. e educ. da comunidade	- X -	- X -	- X -	- X -	Em parte
Caracterização das famílias dos estudantes	- X -	- X -	- X -	- X -	Em parte
Histórico da escola	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Características físicas da escola	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Recursos Humanos	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Recursos Materiais	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Direitos e Deveres	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Gestão da Escola	- X -	- X -	- X -	- X -	Sim
Gestão dos recursos humanos e financeiros	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Funcionamento da biblioteca	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Funcionamento da secretaria escolar	- X -	- X -	- X -	- X -	Em parte
Organização da Oferta de Ensino	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Sistema de avaliação dos estudantes	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Procedimentos para inclusão	- X -	- X -	- X -	- X -	Em parte
Relações escola e comunidade	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Currículo: atendimento à base comum	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Composição curricular	- X -	- X -	- X -	- X -	Em parte
Tempos e espaços de ensino	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Orientações didáticas	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Avaliação dos estudantes	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Medidas para qualificar aproveitamento	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Avaliação da escola	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Medidas para qualificar escola	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Normas de convivência	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Medidas sócio-educativas	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Diretrizes de ação	- X -	- X -	- X -	- X -	Não

coletiva					
Concepções: função social da escola	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Medidas de acompanhamento da execução do PPP	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Acompanhamento do trabalho dos docentes	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Avaliação dos trabalhos dos discentes	- X -	- X -	- X -	- X -	Não
Avaliação do PPP	- X -	- X -	- X -	- X -	Não

**Quadro 3 – Dados extraídos dos Planos de Estudos das Escolas**

Itens que compõem os documentos	Escola Líbio Vinhas	Escola Favorino Mércio	Escola Alfredo Vieira	Escola André Leão Puate	Escola Simões Pires
Dados de identificação	Documento inexistente	Documento inexistente	Documento inexistente	Documento inexistente	Tem
Ementa	- X -	- X -	- X -	- X -	Não tem
Objetivos Gerais	- X -	- X -	- X -	- X -	Tem
Objetivos Atitudinais	- X -	- X -	- X -	- X -	Não tem
Objetivos Procedimentais	- X -	- X -	- X -	- X -	Não tem
Objetivos Conceituais	- X -	- X -	- X -	- X -	Não tem
Conteúdos	- X -	- X -	- X -	- X -	Tem
Conteúdos atitudinais e procedimentais	- X -	- X -	- X -	- X -	Não tem
Conteúdos Conceituais	- X -	- X -	- X -	- X -	Não tem
Metodologia de ensino e recursos	- X -	- X -	- X -	- X -	Em parte
Avaliação	- X -	- X -	- X -	- X -	Tem
Avaliação Diagnóstica	- X -	- X -	- X -	- X -	Não tem
Avaliação Formativa	- X -	- X -	- X -	- X -	Não tem
Avaliação Somativa	- X -	- X -	- X -	- X -	Não tem
Referências	- X -	- X -	- X -	- X -	Não tem

**Quadro 4 - Síntese de respostas dos participantes às questões do Formulário**

<b>1ª DIMENSÃO</b>	<b>Conhecimentos a cerca das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo e Diretrizes Complementares</b>
<b>Categorias de Informantes</b>	Membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, gestora da escola nucleada e professores
<b>Recorrências</b>	A maioria dos participantes desconhece o conteúdo das Diretrizes Operacionais e Complementares. Somente dois membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação informaram já ter tido contato com esses documentos, quando de seu envolvimento em formações ocorridas em razão da execução do Programa Escola Ativa no município.

<b>Indicadores</b>	Desconhecimento da base legal que deve orientar a oferta de ensino nas escolas do campo do país
--------------------	---

<b>2ª DIMENSÃO</b>	<b>Estratégias adotadas para acompanhamento da adequação de projetos das escolas às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental</b>
<b>Categorias de Informantes</b>	Membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, gestora da escola nucleada e professores
<b>Recorrências</b>	A maioria dos participantes alega desconhecimento acerca da adoção de estratégias de acompanhamento por parte da Secretaria Municipal de Educação. Apenas dois membros da Equipe técnica referiram assessoramento às escolas e que esse processo de adequação tanto nas escolas urbanas como rurais vem sendo gradativo.
<b>Indicadores</b>	Investir na necessária apropriação tanto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental– anos iniciais e finais– em atendimento ao disposto nas Diretrizes Complementares de 2008

<b>3ª DIMENSÃO</b>	<b>Participação de diferentes segmentos da comunidade na elaboração da proposta pedagógica da escola e estratégias de socialização</b>
<b>Categorias de Informantes</b>	Membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, gestora da escola nucleada e professores
<b>Recorrências</b>	A maioria dos informantes não se envolveu na construção de um projeto pedagógico específico da escola em que atua. Duas informantes revelaram, também, não haver diferença entre os projetos educativos vigentes nas escolas urbanas e rurais.
<b>Indicadores</b>	Descumprimento às recomendações da LDB (Lei9394/96) e das Diretrizes Operacionais e Complementares no que tange à construção coletiva de projetos específicos, adequados às realidades das comunidades atendidas, resultantes do envolvimento dos diferentes segmentos nesses processos de elaboração.

<b>4ª DIMENSÃO</b>	<b>Adequação da proposta pedagógica à realidade do contexto em que a escola se situa</b>
<b>Categorias de Informantes</b>	Membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, gestora da escola nucleada e professores
<b>Recorrências</b>	Apenas uma informante ressaltou preocupação na valorização da cultura, hábitos e costumes dos estudantes. Duas informantes revelaram não haver diferença entre os projetos educativos vigentes nas escolas urbanas e rurais. Os demais participantes afirmaram não haver adequações, ou seja, a proposta pedagógica vigente desconsidera as características de vida e de trabalho da comunidade em que a escola se insere.
<b>Indicadores</b>	Descumprimento ao disposto na Base Legal que regula a oferta de ensino nas áreas rurais brasileiras: LDB (Lei9394/96), Diretrizes Operacionais (2002) e Diretrizes Complementares (2008) no que tange à garantia das necessárias condições e adoção de adequados procedimentos para o envolvimento dos diferentes segmentos da comunidade na elaboração do Projeto Pedagógico de cada unidade escolar, como forma de contemplar interesses e demandas desses grupos sociais.

<b>5ª DIMENSÃO</b>	<b>Adequação do calendário escolar às formas de vida e de trabalho no campo</b>
<b>Categorias de Informantes</b>	Membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, gestora da escola nucleada e professores
<b>Recorrências</b>	A maioria dos informantes referiu haver adequação do calendário. Porém, três participantes alegaram desconhecimento de haver atendimento às demandas específicas das comunidades, prova disso é que o calendário escolar vigente nas escolas da rede municipal de ensino é o mesmo tanto para as escolas urbanas como para as escolas do campo.
<b>Indicadores</b>	Descumprimento da base legal que garante o direito de construção de calendários próprios para cada unidade escolar, em atendimento às especificidades de vida e de trabalho das comunidades rurais

<b>6ª DIMENSÃO</b>	<b>Oferta de cursos específicos de formação continuada para os professores que atuam nas escolas do campo</b>
<b>Categorias de Informantes</b>	Apenas um informante indicou que se há necessidade, a Secretaria de Educação promove formações específicas, quando, por exemplo, precisam ser orientados sobre a execução de algum Programa ou da implementação de alguma política nacional, como o caso do Pacto da Terra. Os demais participantes foram unânimes em enfatizar que as formações são gerais, ou seja, voltadas tanto a profissionais que atuam nas escolas urbanas como rurais.
<b>Recorrências</b>	Houve unanimidade entre os informantes na afirmação de não haver formações específicas aos profissionais que atuam nas escolas do campo.
<b>Indicadores</b>	Necessidade de Construção de um Projeto de Formação Continuada voltado às demandas e à especificidade dos contextos de atuação dos profissionais

<b>7ª DIMENSÃO</b>	<b>Envolvimento da comunidade escolar na construção do currículo da escola</b>
<b>Categorias de Informantes</b>	Membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, gestora da escola nucleada e professores
<b>Recorrências</b>	À exceção de uma representante da Secretaria de Educação, os demais informantes alegaram desconhecimento desta prática.
<b>Indicadores</b>	Descumprimento da legislação vigente no que tange ao envolvimento da comunidade na elaboração do Currículo, que deve contemplar a identificação de demandas, de interesses e de necessidades de cada contexto em que se inserem as escolas.

<b>8ª DIMENSÃO</b>	<b>Formas de inclusão de crianças e jovens portadores de necessidades educacionais especiais</b>
--------------------	--

<b>Categorias de Informantes</b>	Membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, gestora da escola nucleada e professores
<b>Recorrências</b>	Uma participante referiu não haver “garantias/investimentos específicos” para viabilizar essa inclusão, afirmando que as crianças “são incluídas e pronto!”. Representantes da Secretaria de Educação referiram que há um professor do AEE (com sala específica para isso, estruturadas em duas escolas do campo)
<b>Indicadores</b>	Necessidade de apropriação da base legal que regula a inclusão de sujeitos com necessidades educativas especiais nas escolas do campo e da oferta de cursos de formação continuada para professores que atuam em turmas regulares.

<b>9ª DIMENSÃO</b>	<b>Disponibilização de material didático-pedagógico, equipamentos e laboratórios necessários à execução dos planos de estudos das diferentes áreas do conhecimento</b>
<b>Categorias de Informantes</b>	Membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, gestora da escola nucleada e professores
<b>Recorrências</b>	Houve unanimidade entre as informantes para afirmar haver recursos e ambientes apropriados nas escolas do campo.
<b>Indicadores</b>	Apropriação de políticas nacionais e Programas que beneficiam as escolas do campo brasileiras. Divulgação de resultados de diagnósticos nacionais que revelam a inexistência de laboratórios de ciências e de bibliotecas nas escolas do campo, especialmente nas escolas multisseriadas.

<b>10ª DIMENSÃO</b>	<b>Existência de oferta de ensino nas comunidades de origem dos estudantes</b>
<b>Categorias de Informantes</b>	Membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, gestora da escola nucleada e professores
<b>Recorrências</b>	Os informantes ressaltaram haver apenas cinco escolas situadas no campo e que somente uma escola oferece vagas nos anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, àqueles estudantes que desejam concluir essa etapa da Educação Básica são deslocados com transporte fornecido pelo poder público até esta escola.
<b>Indicadores</b>	Planejar e adotar estratégias apropriadas para identificação de demandas e cumprimento das recomendações legais.

<b>11ª DIMENSÃO</b>	<b>Condições e formas de deslocamentos dos estudantes às escolas do campo</b>
---------------------	---

<b>Categorias de Informantes</b>	Membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, gestora da escola nucleada e professores
<b>Recorrências</b>	O transporte (kombis, ônibus e as “topiquis”) é financiado pela Prefeitura Municipal. Uma das informantes referiu que os horários são impróprios, pois os estudantes do turno da manhã chegam à escola 30 minutos antes do início das aulas e os estudantes do turno da tarde chegam à escola antes do término das aulas do turno da manhã, gerando tumulto na escola.
<b>Indicadores</b>	Descumprimento da base legal que determina o tempo máximo para deslocamento de estudantes de anos iniciais e finais de suas comunidades de origem às escolas. Rever planejamento da oferta de ensino.

<b>12ª DIMENSÃO</b>	<b>Critérios que regulam a ampliação ou a cessação de serviços educacionais nas áreas rurais</b>
<b>Categorias de Informantes</b>	Membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, gestora da escola nucleada e professores
<b>Recorrências</b>	A maioria afirmou que esta decisão compete à Mantenedora, ou seja, a Prefeitura Municipal de Bagé e a Secretaria de Educação– SMED. O critério costuma ser o número insuficiente de estudantes para manter uma escola em funcionamento.
<b>Indicadores</b>	Necessidade de criar critérios para avaliação de necessidades, considerando as recomendações da base legal e o envolvendo a comunidade beneficiária do serviço.

<b>13ª DIMENSÃO</b>	<b>Critérios que regulam a reorganização da oferta de ensino</b>
<b>Categorias de Informantes</b>	Membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, gestora da escola nucleada e professores
<b>Recorrências</b>	A maioria alegou desconhecimento do processo de nucleação da escola Sim. Apenas uma representante da SMED que também atua como gestora da única escola nucleada relatou que no ano de 2001 afirmando que decidiram nuclear, por questões econômicas e foi feito!.
<b>Indicadores</b>	Rever critérios que têm pautado as decisões do poder público, em atendimento às recomendações legais.

<b>14ª DIMENSÃO</b>	<b>Aspectos que caracterizam a oferta de ensino no campo e na cidade</b>
<b>Categorias de Informantes</b>	Membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, gestora da escola nucleada e professores
<b>Recorrências</b>	Houve unanimidade dos participantes em afirmarem que a qualidade da oferta de ensino nas escolas do campo é mesma das escolas urbanas, uma vez que os professores são preparados, ou seja, dispõem de formação adequada e participam, frequentemente, de formações continuadas propostas pela SMED. Referiram, também, que o fato de o número de estudantes das turmas das escolas do campo ser reduzido favorece um melhor atendimento
<b>Indicadores</b>	Investir na sensibilização e reconhecimento da necessidade de atendimento das especificidades que caracterizam a vida das comunidades de origem dos estudantes.

<b>15ª DIMENSÃO</b>	<b>Estratégias de gestão da educação do campo no município</b>
<b>Categorias de Informantes</b>	Membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, gestora da escola nucleada e professores
<b>Recorrências</b>	A maioria das participantes referiu que a gestão é feita do mesmo modo que as escolas urbanas. Porém, somente na escola nucleada há equipe gestora. Nas outras quatro é a própria professora de classe que acumula essa função.
<b>Indicadores</b>	Necessidade de reorganização da gestão das escolas do campo, em atendimento às recomendações da base legal acerca de estratégias a serem adotadas no âmbito da SMED e das unidades escolares.

## APÊNDICE D – APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Registros do Encontro para apresentação e discussão dos resultados da pesquisa diagnóstica à Secretária de Educação e a dois membros da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação de Bagé, em 20 de março de 2014.



## APÊNDICE E – TEMAS SELECIONADOS PARA A AÇÃO

### Quadro 5 – Síntese de Indicadores e Conteúdos da Formação

<b>Indicador:</b> Desconhecimento da base legal que deve orientar a oferta de ensino nas escolas do campo do país
<b>TEMA 1:</b> Diretrizes Operacionais (2002), Diretrizes Complementares (2008) para a Educação Básica do Campo e do disposto no DECRETO PRESIDENCIAL 7352 de 2010.
<b>Indicador:</b> Investir na necessária apropriação tanto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental – anos iniciais e finais – em atendimento ao disposto nas Diretrizes Complementares de 2008
<b>TEMA 2:</b> Recomendações legais e princípios a serem considerados na elaboração dos currículos das escolas, nas diferentes áreas do conhecimento
<b>Indicador:</b> Descumprimento às recomendações da LDB (Lei9394/96) e das Diretrizes Operacionais e Complementares no que tange à construção coletiva de projetos específicos, adequados às realidades das comunidades atendidas, resultantes do envolvimento dos diferentes segmentos nesses processos de elaboração.
<b>TEMA 3:</b> Planejamento e implementação de estratégias para caracterização das comunidades de origem dos estudantes e dos contextos de inserção das escolas
<b>Indicador:</b> Descumprimento ao disposto na Base Legal que regula a oferta de ensino nas áreas rurais brasileiras: LDB (Lei9394/96), Diretrizes Operacionais (2002) e Diretrizes Complementares (2008) no que tange à garantia das necessárias condições e adoção de adequados procedimentos para o envolvimento dos diferentes segmentos da comunidade na elaboração do Projeto Pedagógico de cada unidade escolar, como forma de contemplar interesses e demandas desses grupos sociais.
<b>TEMA 4:</b> PPP-Adequação da Proposta Pedagógica à realidade do contexto rural em que a escola se situa
<b>Indicador:</b> Descumprimento da base legal que garante o direito de construção de calendários próprios para cada unidade escolar, em atendimento às especificidades de vida e de trabalho das comunidades rurais
<b>TEMA 5:</b> Estudo da BASE LEGAL que orienta a construção de calendários adequados aos diferentes contextos rurais
<b>Indicador:</b> Descumprimento da legislação vigente no que tange ao envolvimento da comunidade na elaboração do Currículo, que deve contemplar a identificação de demandas, de interesses e de necessidades de cada contexto em que se inserem as escolas.
<b>TEMA 6:</b> Estudo sócio-antropológico para caracterização da comunidade escolar para elaboração do PPP
<b>Indicador:</b> Necessidade de apropriação da base legal que regula a inclusão de sujeitos com necessidades educativas especiais nas escolas do campo e da oferta de cursos de formação continuada para professores que atuam em turmas regulares.
<b>TEMA 7:</b> Estudo da base legal e socialização de experiências de inclusão de crianças e jovens com necessidades especiais na escola do campo– Condições e Efetivação
<b>Indicador:</b> Necessidade de criar critérios para avaliação de necessidades, considerando as recomendações da base legal e o envolvendo a comunidade beneficiária do serviço.
<b>TEMA 8:</b> Planejamento de estratégias que estimulem e mobilizem o envolvimento da comunidade na construção do PPP e do Plano Anual de Atividades de cada escola
<b>Indicador:</b> Investir na sensibilização e reconhecimento da necessidade de atendimento das especificidades que caracterizam a vida das comunidades de origem dos estudantes.
<b>TEMA 9:</b> Metodologia de Trabalho por Projetos– Interdisciplinaridade e Temas Geradores
<b>Indicador:</b> Necessidade de reorganização da gestão das escolas do campo, em atendimento às recomendações da base legal a cerca de estratégias a serem adotadas no âmbito da SMED e das unidades escolares
<b>TEMA 10:</b> Planejamento na Gestão das Escolas do Campo: Estratégias de Acompanhamento e Avaliação da oferta de ensino

## APÊNDICE F - PLANO DE AÇÃO

### **Curso de Extensão para Gestores e Professores das Escolas Municipais do Campo de Bagé/ RS**

**Coordenação:** Mestranda Silvana Raquel Gonçalves

**Colaboração:** Dra. Arlete Salcides (Orientadora)

**Objetivos:**

O Curso propõe-se contribuir para:

. a qualificação dos profissionais vinculados à educação do campo, por meio de formação continuada em serviço, na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação básica com qualidade.

. à formação técnico-política e pedagógica de gestores e professores das escolas do campo, por meio da reflexão sobre os desafios atuais enfrentados pelas instituições educacionais, a gestão democrática, os processos de planejamento, participação e decisão colegiada

**Público- alvo:** Gestores da SMED, Gestora e Professores das Escolas do campo

**Carga Horária:** 40 horas

**Dias das Aulas:** Os encontros serão realizados de forma concentrada em uma semana do mês de julho de 2014.

**Horários:**

Turno da Manhã: Das 8h às 12h

Turno da Tarde: Das 13h30min às 17h30min

**Período:** De 21/07 até 18/08/14

**Certificado:** Será fornecido a todos os participantes que tiverem, no mínimo, 75% de frequência.

# **PROGRAMA DO CURSO**

## **MÓDULO 1**

### **Data: 21 de julho/ 2014 - Encontro 1 - Turno da Manhã**

Diretrizes Operacionais (2002), Diretrizes Complementares (2008) para a Educação Básica do Campo e do disposto no Decreto Presidencial 7352 de 2010.

### **Data: 21 de julho/ 2014 - Encontro 2 - Turno da Tarde**

Estudo da base legal que orienta à construção de calendários adequados aos diferentes contextos rurais

## **MÓDULO 2**

### **Data: 22 de julho/ 2014 - Encontro 3 - Turno da Manhã**

Estudo da base legal e socialização de experiências de inclusão de crianças e jovens com necessidades especiais na escola do campo – Condições e Efetivação

### **Data: 22 de julho/ 2014 - Encontro 4 - Turno da Tarde**

Planejamento e implementação de estratégias para caracterização das comunidades de origem dos estudantes e dos contextos de inserção das escolas

## **MÓDULO 3**

### **Data: 23 de julho/ 2014 - Encontro 5 - Turno da Manhã**

Estudo sócio-antropológico para caracterização da comunidade escolar para elaboração do PPP

### **Data: 23 de julho/ 2014 - Encontro 6 - Turno da Tarde**

PPP- Adequação da Proposta Pedagógica à realidade do contexto rural em que a escola se situa

## **MÓDULO 4**

### **Data: 25 de julho/ 2014 - Encontro 7 - Turno da Manhã**

Planejamento de estratégias que estimulem e mobilizem o envolvimento da comunidade na construção do PPP e do Plano Anual de Atividades de cada escola

**Data: 25 de julho/ 2014 - Encontro 8 -Turno da Tarde**

Planejamento na Gestão das Escolas do Campo: Estratégias de Acompanhamento e Avaliação da oferta de ensino

## MÓDULO 5

**Data: 18 de agosto/ 2014- Encontro 9 - Turno da Manhã**

Metodologia de Trabalho por Projetos– Interdisciplinaridade e Temas Geradores

**Data: 18 de agosto/ 2014- Encontro 10 - Turno da Tarde**

Recomendações legais e princípios a serem considerados na elaboração dos currículos das escolas, nas diferentes áreas do conhecimento

## APÊNDICE G – ESCALAS DE AVALIAÇÃO

### ESCALA DE AVALIAÇÃO DE CADA ENCONTRO

Abaixo está listada uma série de afirmações que dizem respeito a quanto você avalia a *performance* da ministrante do Curso de Formação, bem como as estratégias adotadas na abordagem do tema previsto.

Marque com um X a opção que melhor reflete a sua resposta.

Utilize por base a escala abaixo:

(1) Discordo totalmente	(2) Discordo um pouco	(3) Nem discordo nem concordo	(4) Concordo um pouco	(5) Concordo totalmente
-------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------	-----------------------------	-------------------------------

1) A ministrante utilizou de linguagem clara, vocabulário adequado, comunicando com facilidade e profundidade o conteúdo.	1	2	3	4	5
2) A ministrante demonstrou sensibilidade para perceber e atender as necessidades e os interesses dos participantes.	1	2	3	4	5
	1	2	3	4	5

3) As estratégias propostas contribuíram para minha compreensão dos conceitos abordados.	
4) Os conteúdos abordados estimularam minha disposição para rever minhas concepções e atitudes.	1 2 3 4 5
5) As estratégias adotadas favoreceram a discussão e a produção coletiva dos participantes.	1 2 3 4 5

### ESCALA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Abaixo estão listados os objetivos propostos para cada encontro de formação.

Assinale com um X o número que melhor traduz sua avaliação.

Utilize por base a seguinte escala:

(1) Não contemplado	(2) Não Alcançado	(3) Parcialmente Alcançado	(4) Alcançado	(5) Plenamente Alcançado
------------------------	----------------------	-------------------------------	------------------	-----------------------------

1. Contribuir à necessária apropriação do conteúdo das Diretrizes Operacionais e Complementares para a Educação Básica nas escolas do campo e do disposto no Decreto 7352/10.	1 2 3 4 5
2. Propiciar estudos da legislação que normatiza os processos de construção de calendários próprios para cada unidade escolar	1 2 3 4 5
3. Contribuir nos estudos necessários à definição de critérios e procedimentos que favoreçam a inclusão de crianças e jovens portadores de necessidades especiais nas escolas do campo	1 2 3 4 5
4. Contribuir com estratégias a serem adotadas para a caracterização das comunidades onde as escolas estão inseridas	1 2 3 4 5
5. Contribuir para o planejamento de ações que favoreçam a identificação de demandas de oferta de ensino.	1 2 3 4 5
6. Propor estudos que viabilizem a definição de critérios a serem observados no planejamento e na avaliação da oferta do ensino, especialmente no que se refere as condições do deslocamento dos estudantes para as escolas.	1 2 3 4 5
7. Abordar estratégias que contribuam para promover ou para ampliar a participação da comunidade escolar na construção do currículo das escolas	1 2 3 4 5
8. Propor estratégias que contribuam à promoção da participação efetiva de todos que compõem a comunidade escolar na gestão das escolas rurais.	1 2 3 4 5

<p>9. Abordar estratégias que estimulem a construção coletiva de projetos específicos, adequados às realidades das comunidades atendidas, resultantes do envolvimento dos diferentes segmentos nesses processos de elaboração (planejamento).</p>	<p>1 2 3 4 5</p>
<p>10. Propor estudos para que estabeleçam relações entre o conteúdo das Diretrizes Operacionais (2002) e Complementares (2008) para a Educação Básica nas escolas do campo, os artigos da Resolução N.7/2010, e as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino Fundamental - anos iniciais e finais e do Padrão Referencial de Currículo para Educação Infantil.</p>	<p>1 2 3 4 5</p>